



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

INCRA - SR 02

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA

Superintendência Regional Incra Ceará

Fortaleza-CE, março de 2017.

Lista de siglas e abreviações

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
BB – Banco do Brasil SA
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDR - Comitê de Decisão Regional
CEF - Caixa Econômica Federal
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CEPPIR - Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para promoção da Igualdade Racial
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ - Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
EAT - Equipe de Articulação Territorial
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT - Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS - Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF - Ministério Público Federal
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI - Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB - Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE - Projeto de Assentamento Estadual
PLpT - Programa Luz para Todos
PGE - Plano Geral de Estatísticas
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC - Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB - Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEI - Sistema Eletrônico de Informação
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC - Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT - Sistema de Protocolo
SNCCI - Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT - Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária
UPC - Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da Unidade.....	9
Quadro 2 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 1.....	10
Quadro 3 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 2.....	12
Quadro 4 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 3.....	14
Quadro 5 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 4.....	15
Quadro 6 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 5.....	17
Quadro 7 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 6.....	19
Quadro 8 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária.....	20
Quadro 09 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar.....	23
Quadro 10-Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.....	31
Quadro 11-Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar	32
Quadro 12 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.....	39
Quadro 13 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar.....	42
Quadro 14 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ - Superintendência Regional.....	75

Sumário

1- Apresentação	7
2 - Visão geral da unidade prestadora de contas	9
2.1 - Identificação da unidade	9
3 - Planejamento organizacional e resultados	10
3.1 - Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos	10
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos	20
3.3- Desempenho operacional	21
4- Governança, gestão de riscos e controles internos	55
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna	55
4.2- Gestão de riscos e controles internos	55
5- Áreas especiais da gestão	56
5.1- Gestão de pessoas	56
6- Relacionamento com a sociedade	58
6.1- Canais de acesso do cidadão	58
7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro	61
7.1-Desempenho orçamentário e financeiro do exercício	61
7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	63
7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	64
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	67
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	67
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	68
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	72
8.4-Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	73
9- Anexos e apêndices	75
9.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UPC	75
9.2- Resultados do atendimento ao público externo	76
9.3- Memória de cálculo dos indicadores	78
9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares	85

1- Apresentação

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do artº 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Decisões Normativas 161 e 163/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

O Relatório de Gestão 2017 desta Unidade Prestadora de Contas - UPC, apresenta-se devidamente estruturado cumprindo o dever institucional de prestar contas das suas ações aos órgãos de controle e, especialmente, à sociedade. Encontra-se estruturado nos moldes estabelecidos pela legislação supracitada, abrangendo as informações gerais sobre a gestão da Unidade Jurisdicionada, incluindo:

- 0 - Elementos pré-textuais;
- 1 - Apresentação;
- 2 - Visão geral da Unidade Prestadora de Contas;
- 3 - Planejamento organizacional e resultados;
- 4 - Governança, gestão de riscos e controles internos;
- 5 - Áreas especiais da gestão;
- 6 - Relacionamento com a sociedade;
- 7 - Desempenho financeiro e informações contábeis;
- 8 - Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle;
- 9 - Anexos e Apêndices.

No exercício em exame, deve-se considerar o contexto institucional resultante das mudanças políticas vividas no País, que resultaram em vários ajustes nas condições de gerenciamento das atividades. No Incra, que passou a ser vinculado à Casa Civil da Presidência da República, ampliou-se o controle orçamentário, redefiniram-se estratégias de atuação, a exemplo do fortalecimento das ações de Titulação de usuários, dentre outros.

Importante registrar que a Superintendência Regional do Incra no Estado do Ceará - SR(02)/CE tem como substrato de suas atividades uma cobertura territorial de 148,9 mil km². Desde o seu surgimento, no ano de 1970, foram criadas 415 unidades federais e reconhecidas 40 unidades estaduais, além de duas reservas extrativistas, totalizando 457 unidades, onde foram beneficiadas 21.587 famílias. A maioria dos seus projetos de assentamento estão inseridos no contexto da região de clima semiárido. Em 2017, devido ao Acórdão nº 775/2016, combinado com a reconsideração exposta no Acórdão nº 2451/2016, não foram criados e nem reconhecidos novos assentamentos, consequentemente, não houve substituições e nem assentamento de novas famílias.

A UPC adota como estratégia de atuação neste espaço as Equipes de Articulação Territorial - EAT, que atualizam sistematicamente as demandas de organização, concessão de créditos e investimentos em infraestrutura dos diversos assentamentos do Ceará. As informações repassadas pelas equipes são organizadas por território: EAT 1 - Leste Jaguaribe, EAT 2 - Centro Sul Cariri, EAT 3 - Sertões de Canindé, EAT 4 - Inhamuns/Crateús, EAT 5 - Zona Norte, EAT 6 - Vale do Curu/Aracatiaçu, EAT 7 - Extremo Oeste, EAT 8 - Metropolitana e EAT 9 - Sertão Central. Uma vez que cada equipe tem

uma região de atuação específica, em suas viagens de campo, observam as demandas dos assentamentos e informam às chefias de divisão.

Neste exercício, observou-se algumas situações que influíram nos resultados obtidos. As condições climáticas regionais permanecem em um quadro de estiagem severa, atingindo negativamente as atividades produtivas nos assentamentos. Por outro lado, ressalta-se que os assentamentos geridos pela UPC, em geral, adotam a forma de exploração mista (áreas de uso comum e exploração individual), portanto, estes assentamentos não foram parcelados, impactando negativamente nos números da ação de Titulação Definitiva - TD.

Outro fator que segue gerando impactos negativos é a relação entre a força de trabalho e a extensa rede de assentamentos distribuídos em grande parte dos municípios cearenses, inviabilizando uma cobertura eficaz dos mesmos. Não obstante, cabe frisar que tais obstáculos, intempéries, externalidades, dentre outros, não são passíveis de pleno controle pela UPC, que mantém estrito zelo e aderência na utilização dos normativos e legislação pertinente, nos casos de convênios, acordos, termos de cooperação, etc.

Em 2017, deu-se continuidade aos procedimentos voltados ao saneamento das pendências, para atender às determinações da Controladoria Geral da União - CGU e do Tribunal de Contas da União - TCU, em relação às auditorias públicas e análises procedidas no âmbito dos Órgãos de Controle, que revelaram, em todas as unidades da federação, indícios de desconformidades nos processos administrativos de admissão dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

Merece destaque, finalmente, a retomada pelo Incra das ações de concessão de crédito às famílias assentadas, cujo resultado no exercício foi expressivo, ficando a UPC do Ceará em segundo lugar no *ranking* nacional.

2 - Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1 - Identificação da unidade

Incra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Quadro 1 - Identificação da UPC

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Casa Civil da Presidência da República		Código SIORG:2837
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Autarquia		CNPJ: 00375972/0004-03
Principal atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Código SIORG: 1799	Código LOA: 9201	Código SIAFI: 373045
Contatos		
Telefones/fax: (85) 3299.1303/(85) 3482.3309		
Endereço postal: Av. Américo Barreira 4700, Bairro Bela Vista, CEP 60.440-092, Fortaleza - CE		
Endereço eletrônico: imprensa@fla.incra.gov.br		
Página na internet: www.incra.gov.br		
Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código Siafi	Nome	
Não se aplica a UPC	Não se aplica a UPC	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código Siafi	Nome	
Não se aplica a UPC	Não se aplica a UPC	

3 - Planejamento organizacional e resultados

3.1 - Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

3.1.1 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 1

i. Descrição

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

Quadro 2 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 1

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Famílias	3.000	2.460
Número de famílias atendidas com assistência técnica	Famílias	3.000	11.582
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	Famílias	0	0
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	Famílias	500	729
Número de créditos instalação supervisionados	Créditos Supervisionados	3.000	2.275
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	PA	46	46
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	PA	-	8
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural - CAR	PA	1	1
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	Trabalhador escolarizado	210	196
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional formado	114	115
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos - EJA	Trabalhador escolarizado	0	0

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

A UPC tem como substrato de suas atividades uma cobertura territorial de 148,9 mil km², onde foram criados e reconhecidos 457 projetos de assentamento, beneficiando 21.587 famílias. O resultado das principais ações revela avanços e dificuldades nos estágios de implantação. Observa-se importante avanço na ação Crédito Instalação, pois, do quantitativo da meta de 3.000 famílias, a UPC realizou concessões para 2.460 famílias, perfazendo 82% da meta prevista. Ressalta-se, ainda, que a execução desta ação é feita por fases, e algumas delas não dependem desta UPC, dificultando o alcance da meta estipulada.

Em Relação a Supervisão e Acompanhamento do Crédito Instalação, devido às facilidades de execução desta ação, a UPC executou 76% da meta, supervisionando 2.275 modalidades de crédito.

As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER possuem como característica a continuidade, tratando-se de uma ação transversal e decisiva para a qualificação dos assentamentos. No exercício, um total de 11.582 famílias estavam inseridas em contratos vigentes.

No programa Terra Sol, ação considerada estruturante para o desenvolvimento dos projetos de assentamento, a UPC deu continuidade ao acompanhamento dos dois convênios firmados em exercícios anteriores, devido as características das obras em curso e a escassez de recursos financeiros, as mesmas seguem em execução.

No aspecto das ações direcionadas à questão da Regularização Ambiental, a UPC tinha o passivo de somente um projeto de assentamento, criado em 2016, que não possuía o requerimento pelo Cadastro Ambiental Rural - CAR, entretanto, em 2017, esta foi requerida. Ressalta-se que a UPC está com os 423 cadastros regularizados no âmbito do CAR. Quanto às licenças protocoladas, foram estabelecidas reuniões com o órgão ambiental do Estado, resultando na publicação de normativo estadual, com base na resolução CONAMA nº 458/2012, isentando os projetos de assentamento da obrigatoriedade de licenciamento ambiental. Devido ao êxito nas negociações, a UPC deixou de protocolar estas licenças.

Outra ação de grande impacto refere-se à Infraestrutura, onde a UPC recebeu seis importantes obras, beneficiando 729 famílias. Destaca-se, ainda, que foram assinados 15 convênios com prefeituras municipais, para execução de obras em 2018.

O Programa de Educação na Reforma Agrária - Pronera, vem, ao longo dos anos, capacitando um número significativo de beneficiários, tanto na Educação de Jovens e Adultos - EJA, bem como nas ações em parceria com as universidades, que estão apresentando resultados reconhecidos nacionalmente. Entretanto, face à dotação orçamentária existente, somente foram atendidas as parcerias em execução, não sendo possível promover novos convênios para capacitação dos trabalhadores.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Apesar das dificuldades operacionais, considera-se que os resultados obtidos nestes indicadores do objetivo descrito acima, foram em geral positivos, a exemplo do Crédito, da ATER, Gestão Ambiental com expedição do CAR e Infraestrutura.	O Planejamento Estratégico da UPC adota as diretrizes estratégicas definidas pela Casa Civil da Presidência da República, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2017 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	Considerando a implementação destas ações, espera-se reflexos positivos para as famílias assentadas, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

3.1.2 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 2

i. Descrição

Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

Quadro 3 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 2

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóveis	12.000	18.237
Número de imóveis rurais com fiscalização cadastral realizada	Imóveis	-	-
Número de sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	Imóveis	-	-
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	ha	-	-
Número de imóveis rurais Certificados	Imóveis	620	865
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	Famílias	3.000	405
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Documentos	5.529	5.482
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	Imóveis	-	-
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	Imóveis	1.500	8.489

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

A governança da estrutura fundiária é decisiva para assegurar a sustentabilidade e garantia das atividades do meio rural, dada sua abrangência. Nesse sentido, a UPC estabeleceu estratégia de parcerias com órgão do Estado, com objetivo de ampliar o alcance desta ação.

Os imóveis georreferenciados resultam dos Convênios de Regularização Fundiária, Convênio INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008 e, cujas malhas fundiárias dos municípios envolvidos foram validadas e encaminhadas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, para análise técnica, por parte da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Ressalta-se que esta ação ocorre concomitante com a ação de Regularização Fundiária. No exercício, um total de 8.489 imóveis rurais foram regularizados via indireta pelo IDACE. Os citados imóveis também são objeto do referido Convênio.

A Certificação de Imóveis Rurais atesta que o polígono georreferenciado informado, não se sobrepõe a nenhum outro da base de dados do UPC. Este documento é exigido para toda alteração de área ou de titularidade em cartório. Em 2017, foram certificados 865 imóveis, atualmente estas certificações são realizadas pelo Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF. Esta ferramenta agilizou o processo de certificação, possibilitando maior segurança a esta UPC.

Na ação de Atualização Cadastral, obteve-se um desempenho favorável atingindo mais de 100% da meta prevista, de 12.000 atualizações. A UPC adotou como estratégia o aperfeiçoamento da atividade através da capacitação realizada no exercício anterior nas Unidades Municipais de Cadastramento - UMC.

A Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento é uma ação estruturante. Considerando a meta estabelecida, de 3.000 famílias, a UPC buscou contratar empresa especializada para execução dos serviços, entretanto, devido a problemas operacionais não foi possível tal contratação. Face aos problemas ocorridos, a UPC adotou como estratégia a execução direta, consistindo basicamente na demarcação dos perímetros e levantamento, de acordo com as novas normas técnicas de georreferenciamento das áreas estruturais e parcelas existentes em alguns dos projetos de assentamento. Para avançar na titulação umas das condicionantes é que o imóvel esteja georreferenciado e certificado. Considerando as características dos imóveis desta UPC, que são áreas de uso comum e áreas de exploração individual, poucos imóveis puderam ser titulados definitivamente, 16, imóveis, entretanto, foram concedidos Contratos de Concessão de Uso - CCU para 5.466 famílias assentadas.

Quanto ao indicador Número de Imóveis Rurais com Fiscalização Cadastral Realizada, ressalta-se que a UPC só fiscaliza imóveis atingidos pela IN 77, de 23 de agosto de 2013, cuja ocorrência é muito baixa. Em relação ao indicador Número de Sistemas Cadastrais e Cartográficos mantidos na base, essa ação é desenvolvida pelo Incra Sede, junto ao Serpro e, refere-se basicamente na manutenção e atualização dos dados cadastrais. Assim, não existe meta e execução. Ressalta-se ainda que, o indicador, Número de Hectares de Terras Devolutas da União diagnosticados, este não se aplica a esta UPC.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Considera-se que os resultados obtidos nestes indicadores do objetivo descrito acima obtiveram avanços, especialmente, as Ações de Georreferenciamento da Malha Fundiária e Regularização Fundiária. Entretanto, por problemas operacionais não foi possível um melhor resultado na Ação de Demarcação Topográfica.	O Planejamento Estratégico da UPC adota as diretrizes estratégicas definidas pela Casa Civil da Presidência da República, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Nesse sentido, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2017 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	Espera-se ter o levantamento e o controle de toda a malha fundiária do Estado.

3.1.3 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 3

i. Descrição

Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

Quadro 4 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 3

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	ha	6.500,0000	18.571,3746
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	Imóveis	3	3
Número de famílias assentadas	Famílias	-	0
Número de hectares indenizados nos pagamentos de indenização inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	ha	1.160,0000	-
Número de hectares indenizados nos pagamentos de indenização complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	ha	-	-
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamento da Reforma Agrária supervisionada (laudo entregue)	Lotes/Parcelas	506	183

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O País necessita de um modelo agrário que apresente maior segurança alimentar, hídrica e energética. A reforma agrária cumpre um papel importante e decisivo nesse campo, ao promover a produção camponesa e dos trabalhadores rurais sem terra e, ainda, ser reconhecidamente caracterizada pela resiliência e a produção dos principais alimentos da cesta básica dos brasileiros.

Dentre as estratégias utilizadas pela UPC, destaca-se o instrumento das Rotas de Obtenção, que identifica áreas com potencial para a implantação de projetos de assentamento, mostrando as fontes de recursos hídricos, políticas públicas, dentre outras variáveis que possam alavancar atividades dos assentamentos rurais, além de fazer cruzamentos de informações de grandes propriedades rurais no SNCR. A unidade também mantém relação com outras instituições, como o IDACE e a Coordenação de Crédito Fundiário no Ceará - COCREDE, na indicação de áreas úteis para reforma agrária.

Neste contexto foram vistoriados quatro imóveis e elaborados cinco Laudos Agronômicos de Fiscalização - LAF e Laudo de Vistoria e Avaliação - LVA com um total de 18.571,3746 ha, perfazendo 5,6% da meta nacional, dos quais, três destes imóveis com laudos improdutivos, abrindo perspectiva para desapropriação, com uma área de 5.656,9962 ha, resultando numa capacidade de assentar aproximadamente 150 famílias. O Estudo da Cadeia Dominial assegura respaldo jurídico aos imóveis que estão em processo de desapropriação, atingiu-se 100% da meta estabelecida.

Tendo em vista os termos do Acórdão do 775/2016 do TCU, não foi realizado nenhum assentamento, nem substituições de beneficiários no exercício.

Ressalta-se que foram enviados a Brasília, solicitação para decretação de dois imóveis com capacidade para assentar 38 famílias, além de existirem ainda três processos já decretados aguardando pagamento. A Supervisão Ocupacional nos assentamentos, em 2017, basicamente foi feita pelas EAT. Entretanto, dada a complexidade desta ação, pois, envolve elaboração de relatórios específicos, a UPC supervisionou 108 projetos resultando em 183 relatórios circunstanciados.

Ressalta-se que para o próximo exercício, considerando recomendações Secretaria do Controle Interno da Presidência da República, a UPB trabalha no sentido de atender tais recomendações.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Considera-se que os resultados obtidos nos indicadores do objetivo descrito acima, em geral foram positivos. Apesar da dificuldade de liberação de recursos por parte do Tesouro Nacional, ao Incra Sede que tem prejudicado a obtenção dos imóveis já decretados. Desta forma, atrasando o processo de assentamentos das famílias.	O Planejamento Estratégico da UPC adota as diretrizes estratégicas definidas pela Casa Civil da Presidência da República, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Nesse sentido, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2017 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	Democratizar acesso à terra, com ações de reforma agrária e fundiária.

3.1.4 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 4

i. Descrição

Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

Quadro 5 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 4

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	Famílias	1.452	1.002
Número de mulheres beneficiárias com ATER	Famílias	-	3.602

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Em observância ao que preconiza a chamada pública de ATER, a UPC através das contratadas acompanha diversas políticas voltadas para as mulheres como, por exemplo, os quintais produtivos, feiras agroecológicas e encontros de formação de mulheres.

Uma das condições para que as mulheres assentadas acessem a modalidade de Crédito Fomento Mulher é que esta tenha um Projeto Básico Produtivo. Considerando a dificuldade de elaboração dos projetos por parte das assentadas, a UPC utilizou como estratégia, as equipes de ATER na elaboração destes Projetos Produtivos junto às assentadas.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
<p>Considera-se que os resultados obtidos nos indicadores do objetivo descrito acima, foram positivos observa-se que dos contratos de ATER em vigor 31% são beneficiários feminino.</p>	<p>O Planejamento Estratégico da UPC adota as diretrizes estratégicas definidas pela Casa Civil da Presidência da República, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Nesse sentido, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2017 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.</p>	<p>Gerar autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.</p>

3.1.5- Plano Estratégico do Incra - Objetivo 5

i. Descrição

Promover o acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

Quadro 6 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 5

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	ha	570,0000	93,4188
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	ha	967,1200	967,1200
Número de Relatórios Antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	Relatório	-	0
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	RTID	1	1
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos.	Famílias	-	0
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento.	Documento	-	0
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	Título	-	0
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	ha	499,0328	29,3672

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

As atividades da ação de Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas são desenvolvidas a partir dos trabalhos de campo, ou seja, da elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID de cada território quilombola, com a instrução processual, em suas diversas fases, visando à decretação de interesse social para fins de Regularização Fundiária dos respectivos territórios, com a consequente avaliação dos imóveis inseridos nesses territórios, objetivando a titulação definitiva dos mesmos.

A UPC, encaminhou a Brasília uma Portaria de Reconhecimento com possibilidade de ser publicada em 2018, Córrego de Ubaranas, com 1.626,82 ha. Também encontram-se em Brasília dois Conjuntos Decreto, denominados Serra dos Chagas, em Salitre, com 2.338,2893 ha e Boqueirão da Arara em Caucaia com 718,5989 ha. Além disso, foram encaminhados a Brasília os Conjuntos

Avaliações de imóveis incidentes em Territórios Quilombolas, denominados Encantados do Bom Jardim/Lagoa das Pedras, em Tamboril, com área de 499,0328 ha, e quatro imóveis com uma área total 38,9350 ha, no território Quilombola Alto Alegre e Adjacência em Horizonte e Pacajus. No tocante à avaliação dos imóveis inseridos nos Territórios Quilombolas, foram iniciados os trabalhos de avaliação do Território Quilombola Três Irmãos, com área total de 2.964,9400 ha, localizado em Croatá.

Em relação a RTID, publicou-se o relatório da Comunidade de Córrego dos Lús, localizado em Acaraú. Ressalta-se que se encontram em elaboração os RTID das comunidades de Carcará, em Potengi e Cumbe, em Aracati.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Os trabalhos relativos à ação dos territórios quilombolas obedecem, em geral, várias etapas até a conclusão da ação, que culmina com a sua titulação. Assim, os resultados obtidos nestes indicadores do objetivo descrito acima, foram em geral positivos, principalmente no que diz respeito a publicação do Relatório Antropológico na Comunidade de Córregos dos Lús, em Acaraú; Continuação dos trabalhos de elaboração de dois RTID nas comunidades de Carcará, em Potengi e Cumbe, em Aracati e, ainda, a publicação de uma portaria de reconhecimento.	O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pela Casa Civil da Presidência da República, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Nesse sentido, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2017 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	Promover o acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais às políticas públicas.

3.1.6- Plano Estratégico do Incra - Objetivo 6

i. Descrição

Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.

Quadro 7 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 6

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos)	-	-	0

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Incra não adota meta específica para jovens assentados, pois as metas para as UPC são definidas somente para o assentamento de famílias em geral.

Observa-se que não se assentou nenhuma família nos projetos de Reforma Agrária, devido a vigência do Acórdão nº 775/2016 - TCU/Plenário, que determinou a suspensão da seleção e homologação de famílias candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Não se assentou nenhuma família nos projetos de Reforma Agrária, devido a vigência do Acórdão nº 775/2016 - TCU/Plenário, que determinou a suspensão da seleção e homologação de famílias candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária.	O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pela Casa Civil da Presidência da República, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra/ Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Nesse sentido, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2017 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	4	Prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados R\$	2.317.050,00	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

A UPC adota como providências para cumprimento dos prazos estabelecidos pelas portarias interministeriais nº 127/2008, nº 507/2011 e nº 424/2016, notificação, por ofício, as convenentes para apresentação das prestações de contas no prazo estabelecido. Quando as prestações de contas não são apresentadas no prazo estipulado, conforme portarias interministeriais e notificações, as convenentes são registradas como inadimplentes no sistema SICONV/SIAFI. Estas providências foram efetivas para apresentação das prestações de contas por parte das convenentes.

Os quatro convênios vigentes encerram-se depois de 2017, com provável prestação de contas em 2018, caso a vigência não seja prorrogada. Ressalta-se a UPC trabalhou no exercício de 2017 somente com a modalidade de Convênios.

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da Estrutura Fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 8: Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução Física e Orçamentária

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	*Restos a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und) (und)	12.000	18.237	60.000,00	57.562,00	56.994,93	56.994,93	50.694,93	6.300,00
2105	Reg. Fundiária - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Área Fiscalizada (h a)	0	0	3.000,00	18.000,00	17.519,68	17.519,68	13.909,68	3.610,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema Mantido (und)	-	-	-	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	1.500	8.489	40.000,00	42.504,00	36.741,60	36.741,60	29.805,37	6.936,23
	Georreferenciamento	Imóvel/Posse								

210U	de Malha Fundiária Nacional	Certificado (und)	620	865	10.130,00	8.235,50	7.452,27	7.452,27	7.452,27	0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (há)	-	-	-	-	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	967,12	967,12	37.721,00	37.721,17	33.056,11	33.056,11	31.504,08	1.552,03
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	499,0328	29,3672	134.622,68	134.622,68	134.622,68	0,00	0,00	134.622,68

*RAP Processados e Não Processados

Quadro 9: Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Resto a Pagar

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	*RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - PO01	Atualização Cadastral (und)	-	-	5.961,10	2.024,05	0,00	3.937,05
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema Mantido (und)	-	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	-	-	2.685.118,83	13.413,33	0,00	2.671.705,50
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel/Posse Certificado (und)	-	-	371,04	0,00	371,04	0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	-	-	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	-	-	-	-	-	-

210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	-	30.046,11	-	30.046,11	0,00
------	--	------------------------	---	---	-----------	---	-----------	------

**Total Inscrito, reinscrito, processados e não processados*

Na Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural foram atualizados no SNCR, 18.237 imóveis, representando 151,9% da meta prevista. Esta ação é desenvolvida com atividades complementares por parte da Divisão de Ordenamento, como: implantação de UMC, sendo implantadas 20 unidades; renovações de Termo de Cooperação Técnica - TCT, com as Prefeituras Municipais, onde foram trabalhadas 19 renovações; e a capacitação de servidores nas UMC, com 74 servidores capacitados. Atualmente existem 120 municípios com estas UMC. Essas atividades estratégicas buscaram, dentre outros objetivos, a continuidade da integração com as UMC e a divulgação junto aos Cartórios de Registros de Imóveis e demais entidades do novo processo de Certificação de Imóveis Rurais, com a utilização do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF.

Quanto ao Georreferenciamento da Malha Fundiária e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais a UPC tem trabalhado em sua maior parte com a execução indireta, através do Convênio INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008. Foram georreferenciados e regularizados 8.489 imóveis rurais. Esse quantitativo representa 566% da meta prevista para regularização, que era de 1.500 imóveis.

Em relação ao Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, através de execução direta, pelo Incra, foram georreferenciados três imóveis, todos projetos de assentamento federais, com área total de 2.862,4365 ha. Esses imóveis foram devidamente certificados.

Também foram certificados através do SIGEF, 865 imóveis, totalizando 226.004,3454 ha. Tal fato está diretamente associado aos trabalhos de divulgação e esclarecimento, junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, por parte de técnicos do Comitê de Certificação.

Quanto à execução financeira, foi reinscrito em restos a pagar o montante de R\$ 2.685.118,83, referente ao Convênio INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011 (SICONV 763869/2011) rescindido em 2016. Observa-se ainda que foram cancelados, R\$ 13.413,33, referente a serviços de terceiros não executados.

Na Ação 210Z - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas, executaram-se as seguintes atividades: publicação de um RTID, na Comunidade Córrego dos Lús, em Acaraú, correspondente a 100,0% da meta; trabalhou-se ainda no acompanhamento e monitoramento de dois RTID em elaboração, das comunidades de Carcará, em Potengi e Cumbe, em Aracati; e publicação de uma portaria de reconhecimento de Território Quilombola, da comunidade de Sítio Veiga, em Quixadá, com área de 967,1200 ha, correspondente a 100,00% da meta.

No tocante à avaliação dos imóveis inseridos nos territórios quilombolas concluiu-se, no exercício, a avaliação de três imóveis no Território Quilombola da Comunidade de Alto Alegre/Base, em Horizonte/Pacajus, com uma área total de 61,1894 ha, correspondente a 10,7% da meta prevista. Importante ressaltar que foram iniciados os trabalhos de avaliação do Território Quilombola Três Irmãos, com área total de 2.964,9400 ha, localizado em Croatá. Entretanto, não foi concluído em função de impedimentos por parte dos proprietários, que não liberaram seus imóveis, exigindo mandado judicial para a realização dos trabalhos.

Quanto às indenizações, foram pagos R\$ 30.046,11, de restos a pagar reinscritos referentes a sete imóveis existentes no Território Quilombola de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, em Tamboril, correspondente a uma área total de 29,7326 ha. Em relação aos R\$ 134.622,68, referem-se ao pagamento de indenização do PA Lagoa das Pedras, situado no território quilombola supracitado, que devido ao processo ainda estar em análise na Procuradoria Federal Especializada - PFE desta UPC, com vistas ao Ajuizamento da Ação de Desapropriação, ficando os recursos inscritos em restos a pagar.

Outra atividade importante foi a emissão das Declarações de Aptidão - DAP Quilombola. Foi trabalhada a integração com a Divisão de Desenvolvimento, que atendeu toda demanda apresentada, num total de 28 DAP Quilombolas.

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2017(Processo Físico SNCI)		
Processos protocolados		
Estoque inicial de processos protocolados até 2017		1053
Processos protocolados em 2017	+	0
Processos analisados em 2017	-	0
Estoque final de processos protocolados em 2017	=	1053
Processos analisados		
Estoque inicial de processos analisados até 2017 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)		49
Processos analisados em 2017	+	0
Processos arquivados em 2017 (a)	-	49
Processos certificados em 2017 (b)	-	0
Estoque final de processos analisados até 2017 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	=	0
Processos concluídos		
Processos arquivados em 2017 (a)	+	0
Processos certificados em 2017 (b)	+	0
Total de processos concluídos (a + b)		0

Análise

Tendo em vista que esta tabela representa os processos de certificação protocolados e analisados através do Sistema Nacional de Certificação de Imóveis - SNCI, ressalta-se que após a implantação do SIGEF, não houve mais processos de certificação abertos nesta UPC. Atualmente todos os processos de certificação são realizados com base no SIGEF.

Ressalta-se que as atividades de cartografia desenvolvidas pela UPC, estão voltadas, na sua maioria, para o acompanhamento, supervisão e monitoramento do Programa de Regularização Fundiária, que vem sendo executado pelo CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008. Essas atividades estão direcionadas para a atuação do Comitê Regional de Certificação de Imóveis Rurais, quando da análise dos processos de certificação. Assim sendo, destaca-se:

1. Demonstração do grau de conhecimento da Malha Fundiária, na jurisdição da UPC, até 31 de dezembro de 2017, em base cartográfica, que foi elaborada em ambiente CAD (*software MicroStation*) e recentemente migrada para o Sistema de Informações Geográficas - SIG (*Quantum GIS*) sendo composta da seguinte forma:

- Imóveis Certificados - Contempla todos os imóveis que foram certificados, com 986 certificações realizadas pelo SNCI e 1.899 certificações realizadas pelo SIGEF, totalizando 2.885 imóveis certificados.
- Imóveis Vistoriados - É composto por todos os imóveis vistoriados, totalizando 552 imóveis em 2017;
- Projetos de Assentamento Federais - Foram criados 415 projetos;

-
- Projetos de Assentamento Estaduais - Foram reconhecidos 40 projetos;
 - Reservas Extrativistas - Foram reconhecidas duas resex;
 - Territórios Quilombola - Foram identificados 16 territórios quilombolas.
 - Imóveis adquiridos pelo Crédito Fundiário;
 - Áreas de Reserva Legal dos projetos de assentamento: 657 áreas, totalizando 189.345 ha.

- Imóveis objetos dos Convênios de Regularização Fundiária - Estes imóveis são resultantes da ação de georreferenciamento objeto de todos os convênios celebrados entre Incra e o IDACE, totalizando 176.206 imóveis.

2. Estratégia de atuação e programação para atendimento da exigência legal de certificação gratuita, de que tratam o § 3º do art. 176 e o § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015/1973.

A estratégia de atuação para atendimento a essa exigência legal encontra-se configurada através do processo de georreferenciamento por varredura dos municípios, que está sendo executado por força dos convênios firmados entre Incra e IDACE, para a regularização fundiária de imóveis rurais até quatro módulos fiscais, onde são detectados os imóveis contemplados pela legislação supracitada. O IDACE fornece as peças técnicas destes imóveis ao Incra, para fins de certificação e posterior regularização junto aos Cartórios de Registro de Imóveis - CRI.

3. Planejamento da atuação da UPC para georreferenciamento do passivo de imóveis existentes em seu patrimônio, destacando o número desse passivo, custos, rendimento na execução dos serviços e previsão para 2018.

Contabiliza-se 415 projetos de assentamento, sendo que, até o exercício, somente 231 projetos foram georreferenciados através de empresas que participaram de processo licitatório. Para o restante, a maioria terá o levantamento da malha fundiária executado pelo IDACE para fins de georreferenciamento dos mesmos. Aqueles que não forem contemplados, o georreferenciamento deverá ser feito por execução direta.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

As metas estabelecidas para a ação de Regularização de Territórios Quilombolas contemplam atividades desde o início dos trabalhos de campo, ou seja, da elaboração do RTID de cada território quilombola, com a instrução processual, em suas diversas fases, visando à decretação de interesse social para fins de Regularização Fundiária dos respectivos territórios, com a consequente avaliação dos imóveis inseridos nesses territórios, objetivando a titulação definitiva dos mesmos. Assim, foram executadas no exercício as seguintes atividades:

- Avaliação de três imóveis no Território Quilombola de Alto Alegre e Base, em Horizonte e Pacajus, perfazendo uma área total de 61,1894 ha, representando 10,7% da meta. Entretanto, o não cumprimento da meta, deu-se em virtude dos técnicos terem sido impedidos de concluir a vistoria do imóvel do Território Quilombola Três Irmãos, em Croatá, por resistência dos proprietários, que exigiram mandado judicial para liberarem o acesso a seus imóveis, com uma área de 2.946,9400 ha. Quanto às indenizações, houve pagamentos dos valores definidos em Laudos de Vistoria e Avaliação dos imóveis que incidem no Território Quilombola de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, em Tamboril.

-
- Instrução processual que culminou no reconhecimento através de portarias de 967,1200 ha, relativo à comunidade quilombola de Sítio Veiga, em Quixadá. Com isso, foi possível atingir 100% da meta.
 - Instrução processual que culminou na publicação de um RTID referente à regularização fundiária do Território Quilombola de Córrego dos Lús, em Acaraú. A meta de RTID publicado foi atingida em 100%. Ressalta-se que se encontram em elaboração os RTID das comunidades de Carcará, em Potengi e Cumbe, em Aracati.

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

As atividades de gestão envolvem a operacionalização e o controle dos seguintes sistemas:

- Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR: Permite o acompanhamento e gerenciamento de todas as atualizações cadastrais processadas pelo sistema. Permite, também, o controle de operações envolvendo a inibição de atualizações cadastrais para imóveis com caracterização predefinidas, através da utilização de filtros de comando. Também é possível se fazer auditoria de atualizações de imóveis, bem como da utilização do sistema por usuário;

- Sistema Nacional de Certificação de Imóveis - SNCI: Permite o acompanhamento, monitoramento e controle de todos os processos de certificação de imóveis rurais. Esse sistema foi substituído pelo Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, que foi implantado no final do exercício de 2013;

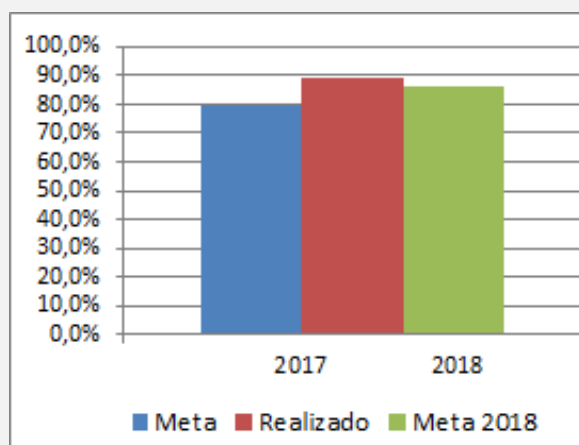
- Sistema Nacional de Aquisição de Terras por Estrangeiros - SISNATE: Permite o acompanhamento, monitoramento e controle das aquisições de terras por estrangeiros.

- Relatórios de gerenciamento literal e gráfico enviados pelo IDACE: Extraídos do seu banco de dados específico, que permitem o monitoramento e acompanhamento das atividades relacionadas com a execução do Programa de Regularização Fundiária, objeto de convênios com aquela instituição.

v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Índice de cadastramento de imóveis rurais

Gráfico

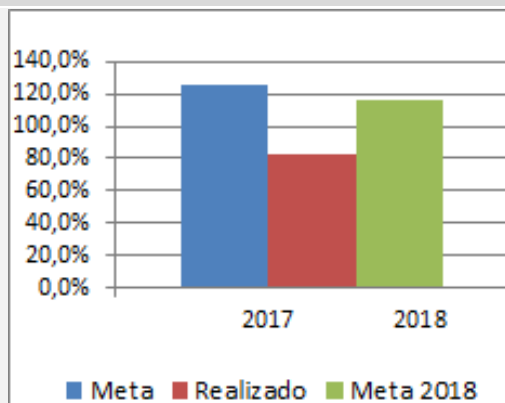


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2018, neste sentido, as metas encontram-se em fase definição. No caso em tela, ressalta-se que a meta para 2018, foi composta pela média aritmética dos três últimos exercícios, conforme padrão definido para este indicador conjuntamente entre o Incra Sede e o TCU. Entretanto, a UPC vem adotando como estratégia os procedimentos dos exercícios anteriores, como o acompanhamento e supervisão das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, bem como, orientações dadas em entidades locais, como Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR.

Índice de análise de processos de certificação de imóveis

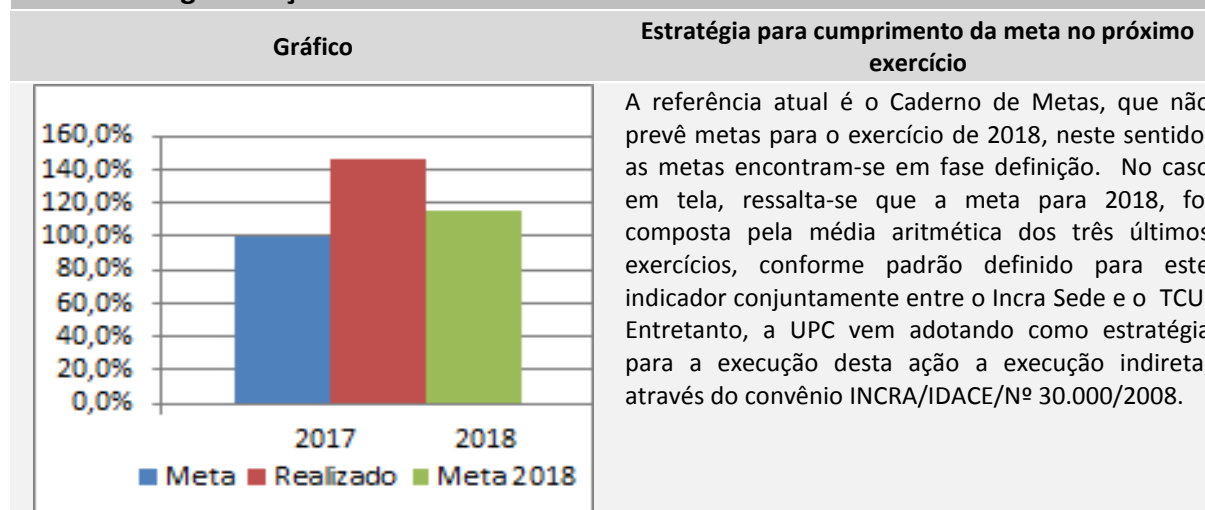
Gráfico



Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2018. Entretanto, observa-se que no caso em tela a meta para 2018, foi composta pela média aritmética dos três últimos exercícios, conforme padrão definido para este indicador conjuntamente entre o Incra Sede e o TCU. Ressalta-se, porém que após a implantação do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, praticamente não houve mais processos de certificação aberto nesta UPC. Assim, Atualmente todos os processos de certificação ocorrem através do SIGEF.

Índice de regularização fundiária



A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. *Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal*

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal		
Estoque inicial de processos protocolados em 2017		
Processos protocolados em 2017	+	
Analisados em 2017	-	
Estoque final	=	
Planejados para atuação em 2017		

Análise

Como o processo de titulação dos imóveis atendidos pela regularização fundiária é realizado pelo IDACE, não há abertura de processos de regularização destes imóveis nesta UPC.

vii. *Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal*

Este item deve ser preenchido pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais incluídos no Programa Terra Legal	
Processos planejados para 2017	
Processos analisados em 2017	
Planejados para atuação em 2017	

Análise

Não se aplica a esta UPC

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 10: Ações do Macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiário Implantação de Projetos de Assentamento - Execução Física e Orçamentária

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	*Restos a pagar
211B	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	6.500,0000	18.571,3746	172.990,00	172.990,00	169.446,65	158.772,79	157.772,79	11.673,86
211B	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	0	0	0,00	45.600,00	41.558,25	34.958,25	28.858,25	12.700,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	1.160,0000	0,0000	64.307,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	-	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	46	46	31.576,00	31.576,00	19.370,10	19.370,10	19.370,10	0,00
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da RA	Reg. Ambiental Requerida - CAR	1	1	43.100,00	43.100,00	42.969,66	42.969,66	32.091,72	10.877,94

*RAP Processados e Não Processados

Quadro 11: Ações do Macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos Assentamento - Execução de Restos Apagar

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	*RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
211B	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	-	-	1.271,83	0,00	1.271,83	0,00
211B	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	-	-	3.080,00	0,00	3.080,00	0,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)***	-	-	487.108,22	0,00	352.644,46	134.463,76
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	-	-	-	-	-	-
211A	Regularização Ambiental de Assentamento	Reg. Ambiental Requerida - CAR	-	-	3.912,84	3.912,84	0,00	0,00

*Total, Inscrito, reinscrito, processados e não processados

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

*** Referem-se a pagamento de benfeitorias.

Divisão de Obtenção é responsável pelas ações de Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais para fins de reforma agrária, Serviços de Meio Ambiente, como Gestão Ambiental e Regularização Ambiental e, por último, o de Implantação de Projetos de Assentamento.

Na ação de Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais, a UPC vistoriou quatro imóveis rurais: Fazenda Caraúbas, Fazenda Várzea Grande/Macaco/Várzea Nova, Fazenda Bom Jesus/Sítio Salão e uma nova vistoria da Fazenda Barro Vermelho da qual foi excluída uma área sem registro.

Somando-se as áreas vistoriadas no exercício, foi entregue o laudo de vistoria e avaliação da Fazenda Belém, que foi vistoriada no final de 2016, com o laudo entregue em 2017, com uma área de 11.619,9488 ha, sendo uma demanda antiga dos movimentos sociais, entretanto, o laudo apontou a área como produtiva, inviabilizando-a para reforma agrária.

Ao todo foram vistoriados 18.571,3746 ha, representando um percentual de 285,7% sobre a meta. Foram planejados e elaboradas três cadeias dominiais: Fazenda Bom Jesus/Sítio Salão, Fazenda Várzea Grande/Macaco/Várzea Nova e Fazenda Valparaíso.

Ação de Vistoria e Avaliação é uma ação tipicamente de campo, para o seu custeio foi disponibilizada um recurso orçamentário de R\$ 172.990,00, valor bem aquém do planejado para o exercício, que foi de R\$ 230.892,50, representando aproximadamente 75% da meta.

Não houve metas para pagamentos de benfeitorias e de Títulos da Dívida Agrária - TDA de responsabilidade e execução direta desta UPC. A ação é planejada e realizada pela Diretoria de Obtenção do Incra Sede. Entretanto, a UPC pagou despesas de benfeitorias referente a restos a pagar no valor total de R\$ 352.644,46, no PA Marrecas ficando inscritos em RAP a pagar a quantia de R\$ 134.463,76.

Na ação de Implantação de Projetos, a UPC, no exercício, não se assentou nenhuma família nos projetos de Reforma Agrária, devido a vigência do Acórdão nº 775/2016 - TCU/Plenário, que determinou a suspensão da seleção e homologação de famílias candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Importante salientar que o setor de Implantação de Projetos, desta UPC, concentrou esforços no cadastramento de famílias não indígenas a pedido da Funai e cadastramento de famílias acampadas no estado do Ceará, com a finalidade de qualificar e manter registros das famílias que estão em situação de vulnerabilidade social. Devido ao conflito das famílias indígenas com as famílias não indígenas, o Incra cadastrou apenas três famílias na área Tremembé, em Itapipoca.

Ressalta-se que a UPC, realizou o cadastro de 178 famílias acampadas, priorizando os acampamentos nos municípios de Aracati, Crateús, Sobral Marco, Acaraú, Cascavel e Monsenhor Tabosa.

Em conjunto com a Divisão de Desenvolvimento, o Serviço de Implantação realizou trabalho de notificação de famílias bloqueadas, que informavam o motivo do bloqueio, documentação exigida e prazo para manifestação.

O Serviço de Implantação da Divisão de Obtenção da UPC, devido a algumas dificuldades operacionais, liquidou apenas R\$ 77% da provisão recebida, para realizar as ações supracitadas.

A Ação de Gestão Ambiental caracteriza-se por ser uma ação continuada, sendo seus trabalhos focados principalmente na valorização dos ativos florestais existentes em áreas de reforma agrária. No momento procura-se acompanhar e colaborar com os parceiros, no limite das nossas atribuições institucionais. Em relação aos projetos de manejo florestal, apesar das dificuldades de ordem operacional e burocrática, os mesmos tiveram avanços significativos. Dos 46 planos de manejo florestal - PMF oriundos das duas chamadas públicas (FNDF/FNMC Nº 01/2012 e FNDF/FNMC Nº 05/2013) do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal/Fundo Nacional de Mudanças Climáticas e do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal quase todos encontram-se em execução. Destacamos que dos 15 PMF financiados com recursos do Fundo Socioambiental, 13 destes continuam recebendo assistência técnica florestal coberta com recursos dos referidos fundos. Os demais recebem assistência técnica florestal contratada pelas associações de assentados.

Dos 13 planos de manejo financiados com recursos do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, praticamente todos encontram-se em execução, recebendo assistência técnica florestal coberta com recursos do referido fundo.

Em relação aos recursos financeiros disponibilizados para o desenvolvimento dessa ação, eles foram empregados no monitoramento e valorização dos ativos para fins do manejo florestal.

Destaca-se a importância desta ação para os projetos de assentamento, pois os PMF são excelentes instrumentos de geração de renda e, em consequência, criam melhores condições para a permanência das famílias nesses projetos.

Considerando a edição da Resolução COEMA nº 17/2015, amparada nos procedimentos de licenciamento ambiental estabelecidos na Resolução CONAMA nº 458/2013, que dispensa o licenciamento de projetos de assentamento de reforma agrária, não foi necessário protocolar requisições de licenças ambientais (Licença Prévia - LP e Licença de Instalação e Operação - LIO) no exercício.

Os recursos financeiros destinados a esta ação foram utilizados em vistorias técnicas para definição/adequação de áreas de reserva legal de projetos de assentamento, visando atender ao CAR e às demais exigências legais e ambientais.

No tocante à regularização ambiental em projetos de assentamento federais, informa-se que foi realizada a renovação do Termo de Execução Descentralizada - TED, entre o Incra e a Universidade Federal de Lavras - UFLA, que permitiu a inscrição de todas essas áreas sob jurisdição desta UPC no CAR.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Assim como tem ocorrido em exercícios anteriores, a UPC, utiliza algumas estratégias no levantamento de terras públicas e privadas para a utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária.

As Rotas de Obtenção identificam áreas com potencial para a implantação de projetos de assentamento, mostrando as fontes de recursos hídricos, políticas públicas, dentre outras informações que são relevantes para alavancar atividades sócioeconômicas dos assentamentos rurais.

Ressalta-se que a UPC, faz cruzamentos de informações de grandes propriedades rurais no SNCR, como também mantém relação com instituições como o IDACE e a COCREDE, na indicação de áreas úteis para reforma agrária.

Com todo o aparato técnico de prospecção de terras para reforma agrária, ainda prevalece à vistoria oriunda das demandas por imóveis rurais dos movimentos sociais, associações de agricultores e STTR e, finalmente, algumas das áreas reclamadas são resquícios de fazendas solicitadas em anos anteriores.

iii. Demonstração da atuação da UPC na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Não foram pagos valores na desapropriação de imóveis rurais adquiridos no exercício, consequentemente, não foram descontados valores de passivo ambiental de imóveis rurais, no entanto, foi identificado em vistoria e registrado em laudo o passivo ambiental do imóvel Barro Vermelho Salgado, em Boa Viagem.

No laudo de vistoria e avaliação elaborado nesta UPC, o imóvel Barro Vermelho Salgado apresentou um passivo ambiental no valor de R\$ 101.701,08 que foi descontado no valor total da fazenda.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

No exercício, foi inscrito no CAR apenas um projeto de assentamento que foi criado em 2016, considerando que a inscrição dos demais já havia sido feita em exercícios anteriores. Atualmente, encontra-se em fase de verificação e retificação das informações cadastrais e cartográficas dos projetos de assentamento com suas adequações efetivadas por esta UPC e enviadas à UFLA para ser processada a devida retificação junto ao SICAR.

Com relação aos projetos de assentamento é feita a vistoria técnica em campo para identificação da localização das áreas de reserva legal, sua definição ou adequação, quando necessária, e de outras áreas sob restrição legal, no sentido de atender à legislação ambiental e ao CAR. Em sequência são repassadas as informações cadastrais e cartográficas à UFLA, para que essa instituição faça a inscrição ou retificação desses imóveis no CAR.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica a esta UPC

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2017 e anteriores para fins de registro

Deliberação acórdão 557/2004 - TCU-Plenário - item 9.2.6

Ação a ser implementada	Total de imóveis	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Registro dos imóveis adquiridos por Compra e Venda - Dec.433/92	5	31/dez/2017	Divisão de Obtenção/PFE/Divisão de Administração
Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do Incra	10	31/dez/2017	Divisão de Obtenção/PFE/Divisão de Administração
Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do Incra	399	31/dez/2018	Divisão de Obtenção/PFE/Divisão de Administração
Registro das Terras Públicas: Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros	6	31/dez/2017	Divisão de Obtenção/PFE/Divisão de Administração

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência

Conforme Decreto 433/1992

Conta contábil	Descrição	Valor (R\$) Saldo em 31/12/2017
1.2.3.2.1.04.21	IMÓVEIS A REGISTRAR DESTINADOS A REFORMA AGRÁRIA	23.430.852,50
1.2.3.2.1.04.24	IMÓVEIS REGISTRADOS DESTINADOS A REFORMA AGRÁRIA	0,00

Considerações Gerais:

O processo de registro dos imóveis é realizado a partir da montagem e disponibilização pelas Divisão de Obtenção da Superintendência Regional, dos "kits" com os dados dos imóveis, preferencialmente reavaliados segundo as Diretrizes da Diretoria de Obtenção, mediante entendimento entre o INCRA, TCU, STN e SPU, decorrente de inúmeras reuniões ocorridas ao longo de 2017.

Uma vez completos os "kits", os mesmos devem ser inseridos em processos individuais para cada imóvel e enviados para a Divisão de Administração, que por sua vez, providenciará o registro dos imóveis no SPIUnet, seja por meio do Setor de Contabilidade ou de Patrimônio. Após o registro dos imóveis ou da reavaliação no SPIUnet, o saldo das contas no SIAFI é automaticamente atualizado. Ressalta-se que a UPC efetuou o registro de 10 imóveis, no SPIUnet, adquiridos através do instituto da Desapropriação.

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

A UPC, vem cumprindo o cronograma de vistorias e da instrução processual dos imóveis demandados por famílias sem-terra e famílias estabelecidas em acampamentos à luz da Portaria MDA Nº 243/2015 e a Instrução Normativa Incra Nº 83/2015, que deu bastante agilidade aos processos de vistorias que tramitam na UPC. Porém, dos últimos cinco imóveis enviados para Brasília, três destes enviados em 2016, não tiveram qualquer prosseguimento no intuito da criação de projetos de assentamento.

O cadastramento, seleção e homologação de famílias para o Programa Nacional de Reforma Agrária também foi comprometido diante do Acórdão n. 775/2016 - TCU/Plenário, que suspendeu o assentamento de famílias em 2017. Novas regras estão sendo elaboradas no Incra Sede, adequando todo o processo às determinações legais e as abordadas pelo TCU.

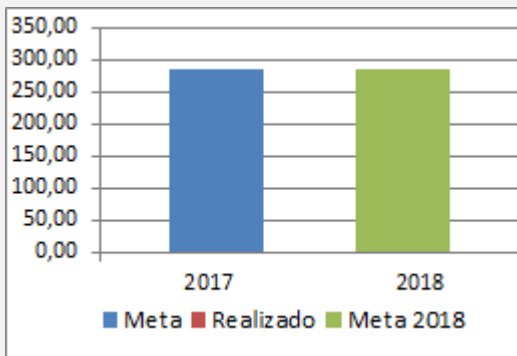
viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

A Divisão de Obtenção de Terras, está dividida de acordo com suas atividades fins, com os núcleos auto-gestores. Portanto, as informações relativas à realização e ao planejamento dessas atividades finalísticas são elaboradas e acompanhadas tanto pela equipe gestora quanto com o chefe da divisão. O monitoramento das ações é realizado a partir de ferramentas como o SIPRA, SIR, SNCR e SEI, que auxiliam no fornecimento de dados e informações para subsidiar os trabalhos da divisão.

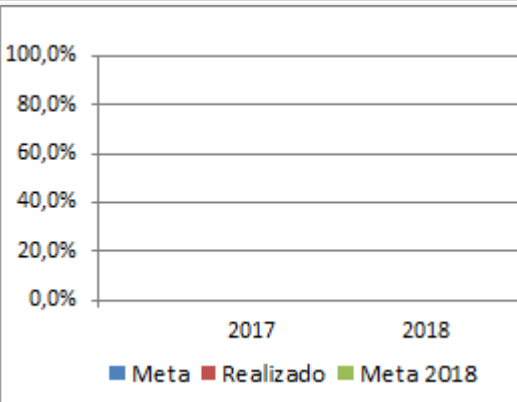
As metas, planejamento e a execução são dirigidas e monitoradas pela chefia da Divisão de Obtenção junto à sua equipe, que conciliam a realização das atividades com a gestão dos recursos, maximizando os produtos gerados aliado a um gerenciamento do orçamento.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)

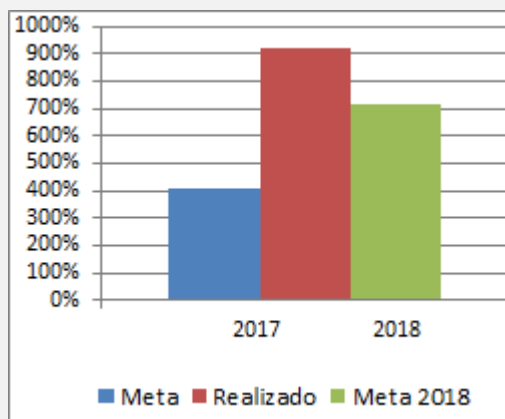
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício												
 <table><caption>Dados do Gráfico: Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th><th>Meta 2018</th></tr></thead><tbody><tr><td>2017</td><td>~280,00</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>2018</td><td>-</td><td>-</td><td>~280,00</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	Meta 2018	2017	~280,00	-	-	2018	-	-	~280,00	<p>A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2018, neste sentido, as metas encontram-se em fase de definição. No caso em tela observa-se que a meta para 2018, foi composta pela média aritmética dos três últimos exercícios, conforme padrão definido para este indicador conjuntamente entre o Incra Sede e o TCU. Uma das estratégias que a UPC utiliza são as Rotas de Obtenção, que identifica áreas com potencial para a implantação de projetos de assentamento</p>
Ano	Meta	Realizado	Meta 2018										
2017	~280,00	-	-										
2018	-	-	~280,00										

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício												
 <table><caption>Dados do Gráfico: Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th><th>Meta 2018</th></tr></thead><tbody><tr><td>2017</td><td>100,0%</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>2018</td><td>-</td><td>-</td><td>100,0%</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	Meta 2018	2017	100,0%	-	-	2018	-	-	100,0%	<p>O Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA, editou a Resolução COEMA Nº 17/2015, que isenta de licenciamento ambiental os projetos de assentamento de reforma agrária, seus beneficiários, suas associações e demais agricultores familiares.</p> <p>Considerando a edição da resolução supracitada, não foi necessário protocolar requisições de licenças ambientais (LP e LIO) no exercício de 2017 e nem nos próximos exercícios.</p>
Ano	Meta	Realizado	Meta 2018										
2017	100,0%	-	-										
2018	-	-	100,0%										

Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

Gráfico



Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2018. No caso em tela ressalta-se que a meta para 2018, foi composta pela média aritmética dos três últimos exercícios, conforme padrão definido para este indicador conjuntamente entre o Incra Sede e o TCU. Ressalta-se que em 2017, a UPC está com 423 assentamentos cadastrados no CAR. A UPC tem usado como estratégia o Termo de Execução Descentralizada - TED, entre o Incra e a Universidade Federal de Lavras - UFLA, que permitiu a inscrição de todas essas áreas sob jurisdição desta UPC no CAR.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Este item deve ser preenchido apenas pelas Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

Não se aplica a esta UPC

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 12: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	*Restos a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	3.000	11.582	3.174.505,22	2.780.434,62	2.751.066,18	2.695.511,47	2.489.351,25	261.714,93
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	-	-	-	-	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	3.000	2.460	9.229.600	260.470,00	-	-	-	-
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Concluída (famílias)	500	729	5.106.112,00	15.331.032,79	15.326.158,72	26.958,72	20.200,32	15.305.958,40

211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	-	-	-	-	-	-	-	-
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	3.000	2.275	115.748,01	81.674,40	79.987,99	76.401,86	44.420,76	35.567,23
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	506	183	329.748,01	305.079,53	303.319,37	279.503,25	219.228,02	84.091,35
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	3.000	405	1.200.000,00	194.000,00	183.434,68	183.434,68	168.904,08	14.530,60
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	5.400	5.466	97.040,00	111.809,64	110.622,63	110.622,63	90.201,55	20.421,08

210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	-	-	-	-	-	-	-	-
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	114	115	5.900,00	5.900,00	2.000,00	2.000,00	1.000,00	1.000,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	210	196	7.000,00	6.700,00	6.362,06	6.362,06	5.362,06	1.000,00

*RAP - Processado e Não Processado

Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos Apagar

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	*RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	--	11.582	16.536.356,05	5.912.035,16	1.141.723,82	9.482.597,07
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	--	--	--	--	--	--
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	--	--	--	--	--	--
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra concluída (famílias)	-	729	7.259.800,00	0,00	2.017.050,00	5.242.750,00
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	-	-	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00

211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	-	-	-	-	-
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	-	-	232,11	232,11	0,00	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	-	-	-	-	-	-
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	-	-	14.600,44	0,00	3.012,88	11.587,56
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	-	-	80,21	80,21	0,00	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	-	115	2.622,65	2.622,65	0,00	0,00

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	-	-	-	-	-	-
------	--	-------------------------------	---	---	---	---	---	---

**Total, Inscrito, reinscrito, processados e não processados*

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

O UPC implanta a infraestrutura básica necessária nas áreas de reforma agrária de forma direta e por meio de parcerias com outros órgãos governamentais da esfera federal, como o Ministério de Minas e Energia (Programa Luz para Todos), Ministério da Integração Nacional (Programa Água para Todos), a Fundação Nacional de Saúde - Funasa, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, entre outros entes.

Quanto à execução destes tipos de obra, a UPC não realizou nenhuma atividade, pois, o atendimento demandado pelas famílias assentadas vem sendo executada pelos entes acima.

Em relação à execução de obras de construção e recuperação de estradas vicinais de acesso internos aos assentamentos federais no exercício, a UPC continuou mantendo a mesma estratégia já utilizada nos exercícios anteriores, celebrando convênios junto às prefeituras municipais no Estado do Ceará.

No exercício deu-se início a quatro obras de recuperação de estradas nos seguintes projetos: PA Moreno, em Iracema, PA Morada Nova Salão em Mombaça, PA Serra do Meio e PA Serra das Moças em Parambu, atendendo ao todo 267 famílias. Deu-se início, ainda, a obra de abastecimento de água, referente a Emenda Parlamentar, no PA Altinhos/1º De Janeiro, em Morrinhos, atendendo diretamente 76 famílias. Estas obras proporcionarão o desenvolvimento socioeconômico das famílias residentes nas comunidades e adjacências, com a melhoria da trafegabilidade da via, dando melhores condições para o escoamento da produção, transporte escolar, dos meios de atendimento médico e educação.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

A supervisão ocupacional dos projetos de assentamento é realizada pelas EAT, de acordo com o território em que atuam. Adota-se essa estratégia com o objetivo de maximizar os recursos financeiros e potencializar a atuação nos territórios.

No exercício a UPC teve as suas contas auditadas pela Ciset/PR, onde foram apontadas algumas deficiências no acompanhamento e planejamento desta ação. Diversas reuniões foram feitas no sentido de atender às recomendações contidas no Relatório de Auditoria. Considerando que o fato deu-se quase ao final do exercício, a UPC entende que para o exercício de 2018, deverá atuar de forma mais planejada no sentido de atendimento das recomendações.

Ressalta-se que no exercício, foram incorporados algumas planilhas de monitoramento, possibilitando ao Gestor, um melhor acompanhamento e planejamento da ação.

O baixo desempenho da meta de 36,2%, deveu-se ao fato de que após retorno de campo das EAT, foram elaborados e anexados ao processo, apenas os casos em que foram necessários laudos de supervisão. Observa-se que no exercício, trabalhou-se em 108 projetos de assentamento, atendendo 1.606 famílias.

Observa-se que, além dos trabalhos de supervisão ocupacional, houve direcionamento dos esforços na solução dos indícios de irregularidade apontados pelos Acórdãos TCU 775/2016 e 2451/2016.

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

1. Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

A aplicação do Crédito Instalação as famílias assentadas é orientada pela Nota Técnica 03/2014, atualmente vigente. A UPC é responsável concessão dos créditos nas seguintes modalidades:

I - Apoio Inicial: apoiar a instalação da família no projeto de assentamento, mediante a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, no valor de até R\$ 5.200,00;

II - Fomento: viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional, estimulando a geração de trabalho e renda, no valor de até R\$ 6.400,00, dividido em duas operações de até R\$ 3.200,00;

III - Fomento Mulher: implantar projeto produtivo sob a responsabilidade da mulher titular, em operação única, no valor de até R\$ 3.000,00 e

IV - Semiárido: atender a necessidade de segurança hídrica das famílias assentadas nos projetos de assentamento localizados nas áreas circunscritas ao semiárido, reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, se destinando a apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, animal e produtivo, no valor de até R\$ 5.000,00.

No entanto, para efeito de cumprimento de metas foram priorizados a aplicação das modalidades, Apoio Inicial, Fomento e Fomento Mulher conforme acordado no Caderno de Metas da UPC.

Ressalta-se que as demandas de Crédito Instalação, em geral, são identificadas pelas EAT, levando em consideração as informações coletadas em campo. Esta ação é executada em fases, culminando com o repasse ao beneficiário. Ressalta-se que Incra Sede autoriza o agente financeiro o repasse, à medida que os contratos vão sendo inseridos pela UPC, no Sistema Nacional de Concessão de Crédito Instalação - SNCCI.

No exercício, a UPC atingiu 82% da meta. O desempenho favorável deveu-se basicamente ao planejamento, bem como, ao fato de haver uma demanda que não foi possível ser atendida em exercícios anteriores.

2. Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária

Nesta ação trabalhou-se inicialmente na qualificação para concessão do novo Crédito Instalação. A UPC adotou como estratégia a supervisão realizada pelas EAT e equipes de ATER. Da meta estipulada, a UPC executou 76%.

Esta ação é executada em fases, demandando por parte das EAT retornos a campo, finalizando com a inclusão dos contratos no SNCCI.

Quanto aos restos a pagar, referem-se basicamente a compromissos assumidos com terceiros que devido a falta de recursos financeiros não foi possível liquidar no exercício.

3. Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em projeto de assentamento

No exercício, a UPC procurou acompanhar e fiscalizar as obras conveniadas com as prefeituras de Granja, Pentecoste e Morrinhos. Foram recebidas seis obras de recuperação de estradas vicinais referentes a exercícios anteriores, totalizando 96,39 km, beneficiando 729 famílias. Ressalta-se ainda, o início de quatro obras de recuperação de estradas e uma de abastecimento de

água, esta última com recursos oriundos de Emenda Parlamentar. Cabe salientar que o acompanhamento e a fiscalização das obras em execução foram realizados pelo Equipe de Infraestrutura desta UPC, constituído por quatro engenheiros designados por Ordem de Serviço, estando as mesmas contidas no SICONV e no Boletim de Serviços do Incra. As vistorias realizadas foram feitas de forma qualitativa e quantitativa, obedecendo aos projetos básico, executivo e dos boletins de medições.

Em relação ao desempenho financeiro dos R\$ 7.259.800,00, relativo a restos a pagar inscritos e reinscritos de exercícios anteriores, R\$ 5.000.500,00 referem-se aos convênios firmados com a Prefeitura de Mombaça para recuperar 27,61 km de estradas, atendendo 85 famílias, e ainda, dois convênios, com a Prefeitura de Parambu, para atender 137 famílias, residentes em dois projetos de assentamento. Também foi celebrado um convênio com esta prefeitura, para obras de calçamento da vila do PA Serra do Meio, atendendo 85 famílias, que irá beneficiar ao todo, 307 famílias assentadas, e R\$ 2.259.300,00 referem-se a restos a pagar da obra de recuperação de 21,51 km de estrada vicinal no PA Moreno, em Iracema, para 45 família. Do montante de restos a pagar, foram pagos R\$ 2.017.050,00, dos quais R\$ 1.584.650,00 referentes ao pagamento das obras do convênio com a Prefeitura de Iracema e, R\$ 432.400,00 referentes as obras da Prefeitura de Parambu, restando R\$ 5.242.750,00.

Considerando que as obras de infraestrutura, em geral, envolvem vultuosos recursos, é importante destacar a atuação parlamentar junto ao Governo Federal na obtenção de orçamento para execução das obras. No exercício, estes esforços resultaram em aporte orçamentário na ordem de R\$ 15.331.032,79, ficando inscritos em restos a pagar o montante de R\$ 15.305.958,40, para atender aos convênios assinados com diversas prefeituras, com vistas a execução de diversas obras em 2018.

4. Agroindustrialização

A Ação Terra Sol é voltada para o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos, coordenada pelo Incra Sede, que visa a apoiar as famílias dos agricultores assentados em projetos de assentamento, criados pela autarquia.

As Ações poderão ser executadas em parceria com instituições públicas nas esferas governamentais, Federal, Estadual, Distrital, Municipal e Entidades Privadas sem fins lucrativos.

O objetivo principal dessa Ação é propiciar o desenvolvimento dos projetos de assentamento, através de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais alcançando a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional; a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia nas áreas de assentamento.

Em exercícios anteriores, foram adquiridos pelo Incra Sede Kits Feira e repassados a esta UPC, os quais foram distribuídos aos assentamentos. Ressalta-se a importância da distribuição desses kits para auxiliar os assentados da reforma agrária que atuam nas feiras da agricultura famílias nos respectivos municípios, agregando condições melhores de trabalho, através das barracas, as quais contribuem para uma melhor apresentação dos produtos oferecidos aos consumidores, uma melhor aparência e higienização dos produtos, como também uma divulgação eficiente da produção advinda da agricultura familiar, mais precisamente, dos assentamentos da reforma agrária, cuja produção está voltada para um caráter agroecológico, com produtos livres de agrotóxicos.

Neste aspecto, tem-se como muito positiva a distribuição dos chamados kits feira para as famílias assentadas/beneficiadas. Importante salientar que a UPC, no exercício, esta em negociação com o Incra de Alagoas para a adesão a Ata para a aquisição de kits feira.

No exercício, a UPC deu continuidade aos convênios firmados em exercícios anteriores, celebrados entre o Incra, prefeituras e entidades parceiras. Em relação ao convênio Incra

e Prefeitura Municipal de Sobral, trata-se da construção de abatedouro e aquisição de equipamentos para o abate de aves caipira, revitalização da produção de aves caipira, revitalização de galpões, aquisição de aves/pintos e ração para uma safra.

No exercício foi concluída a construção do abatedouro além da licitação para a aquisição dos equipamentos e dos materiais dos galpões das aves, espera-se que todo o processo esteja finalizado no primeiro semestre de 2018.

Considera-se como satisfatório o andamento do convênio e que, uma vez em funcionamento, este abatedouro seja útil para os produtores de galinhas caipira da região, visto a entrega dos produtos para os programas do governo federal, como PAA e PNAE, que por questões de segurança alimentar exigem que os produtos de origem animais sejam abatidos em locais verificados, ou seja, com selos de garantia, seja municipal, estadual ou federal. Daí a importância desse abatedouro na região.

Quanto ao Convênio Incra e Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, objetivando a execução de obras e serviços de engenharia na construção e instalação de um abatedouro misto, atendendo no Município de Parambu e região e aos Projetos de Assentamento Serra do Meio, Serra das Moças e Ingá Facundo, beneficiando ao todo 242 famílias, ainda encontra-se em restos a pagar o montante de R\$ 1.000.000,00. Apesar do atraso na execução do convênio, esforços estão sendo feitos para que seja concluído em 2018.

5. *Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização*

Não se aplica a UPC

6. *Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária*

Em 2011, com base na Lei nº 12.188, foram lançadas cinco chamadas públicas para a contratação de prestadores de ATER, num processo que resultou na universalização dos serviços para todos os assentamentos do Estado do Ceará.

Diversos problemas operacionais, inclusive impossibilidade do uso do SIATER, culminaram com o encerramento de todos os contratos iniciados em 2011, após um ano de vigência.

No entanto, apesar dos contratos terem sido encerrados em 2012, um grande passivo de material para ser analisado permaneceu, pois os servidores da UPC, envolvidos no programa, não tiveram condição de analisar em face da quantidade de material dos diversos contratos, que se avolumou ao longo de um ano de contrato 2011/2012. Nesse sentido, foi organizado um mutirão, reunindo servidores desta e de outras superintendências, para concluir o monitoramento dos materiais acumulados, o que só aconteceu em 2013.

Concluída esta etapa do monitoramento, seguiu-se a apuração dos valores e a definição dos procedimentos relativos à instrução de encerramento dos processos administrativos.

No exercício 2014 um grande esforço para a conclusão do trabalho de apuração de valores, que se mostrou mais complexo do que se previu inicialmente, foi empreendido. No entanto, o objetivo não foi atingido, persistindo ainda oito processos por concluir. Dos oito processos, seis foram concluídos em 2016, e dois restantes, em 2017.

A UPC iniciou o exercício com em duas Chamadas Públicas - CP de ATER vigentes. A CP 01/2013 que atende 3.644 famílias em 5 lotes e a CP 01/2014, atendendo 7.938 famílias em 10 lotes.

Problemas orçamentários e financeiros, no entanto, motivaram a suspensão dos trabalhos em ambas as chamadas públicas. Ressalta-se que apesar da suspensão temporária da ATER, foram renovados em abril quatro lotes da CP 01/2013 e outros quatro em julho, da CP 01/2014. Portanto, antes da suspensão dos trabalhos.

Observa-se que a suspensão manteve-se até o final do ano, com exceção para os lotes Monsenhor Tabosa, Tauá, Crateús e Ocara, os quais foram autorizados a retomar os trabalhos em novembro e dezembro executando porém somente alguns serviços.

7. *Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural*

A UPC, em 2017, não executou atividades relativas a esta ação.

8. *Demarcação Topográfica*

Com vistas a atender ao planejamento Incra Sede e sua diretriz para a concessão de títulos definitivos, considerando que um dos quesitos para cessão destes é que o imóvel esteja devidamente georreferenciado e parcelado. Considerando a meta estabelecida, de 3.000 famílias, bem como o volume de recursos orçamentários, a UPC buscou contratar empresa especializada para execução dos serviços. Entretanto, devido a problemas operacionais não foi possível tal contratação. Face aos problemas ocorridos, a UPC adotou como estratégia a execução direta, consistindo basicamente na demarcação dos perímetros dos projetos, de acordo com as novas normas técnicas de georreferenciamento das áreas estruturais e parcelas existentes em alguns dos projetos de assentamento. Tais fatos contribuíram para um baixo desempenho da meta no exercício, de 13,5%. Observa-se que os projetos desta UPC, tem como características, áreas de uso comum e áreas de exploração individual.

Quanto ao resto a pagar, inscrito no exercício, referem-se a compromissos com terceiros, que não foi possível liquidar devido à falta de recursos financeiros.

9. *Educação no Campo-EJA*

Atualmente encontra-se em prestação de contas o convênio firmado com o Movimento de Educação de Base - MEB. Ressalta-se que não houve repasse de recursos no exercício.

10. *Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária*

Considerando que esta ação tem características continuadas ainda encontram-se em execução dois convênios firmados entre o Incra e a Universidade Estadual do Ceará - UECE, atendendo 52 alunos do curso de Serviço Social e, ainda, o convênio com a Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, para o curso de Licenciatura em Geografia e História, atendendo 61 alunos. Observa-se que a UPC não repassou valores referentes a estes convênios no exercício.

11. *Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social*

Esta ação está inserida no Termo de Execução Descentralizada de Cooperação firmado entre o Incra Sede e o CNPq, que possibilitou o destaque orçamentário do Incra Sede para o CNPq, objetivando a viabilização dos cursos Residência Agrária, para jovens entre 15 e 29 anos, destinados a extensão e, também, a técnicos, intitulado Residência Agrária Jovem.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

As ações da Divisão de Desenvolvimento são distribuídas entre Equipes Gestoras e EAT ligadas à chefia. Na Divisão foram constituídas Equipes Gestoras responsáveis pelo acompanhamento das ações de Infraestrutura, ATER, Crédito Instalação, Pronera, Terra Sol, Pronaf e Titulação. As EAT

são responsáveis pelo acompanhamento da execução das ações da UPC nos diferentes territórios do Estado.

Essas equipes executam o planejamento e a co-gestão das ações subsidiando o gestor com informações das execuções e das estratégias para desenvolver as atividades específicas, gerando resultados satisfatórios na condução das ações.

O monitoramento das ações é também realizado a partir de ferramentas como o SISPROT, SIATER, SIPRA, SIR, SNCCI e SEI, além de planilhas, que auxiliam no fornecimento de dados e informações para subsidiar os trabalhos.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

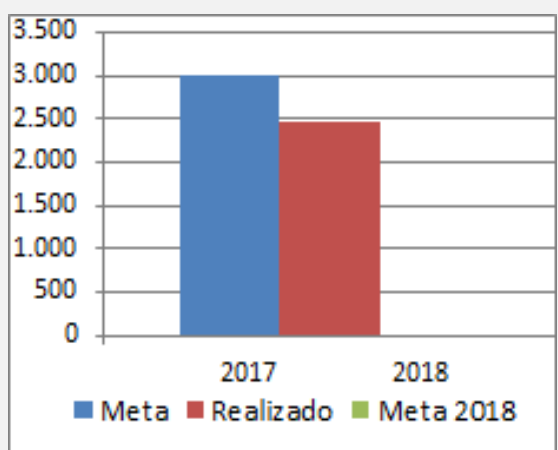
Índice de provimento de PDA/PRA

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	<p>A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2018. No caso em tela ressalta-se que o Incra não especifica este indicador em seu caderno de metas. Destaca-se que estes documentos além de demorados, possuem custos elevados. Assim a UPC vem analisando outras possibilidades de implantação dos planos.</p>

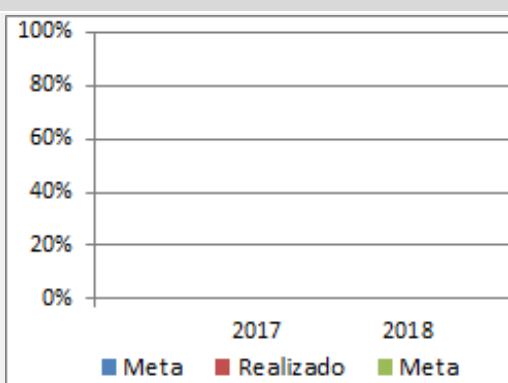
Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	<p>No caso em tela ressalta-se que o Incra não especifica este indicador em seu Caderno de Metas. Considerando que dentre as atribuições atuais da UPC, não consta mais a operacionalização do Crédito Habitação, sendo atualmente atribuídas aos agentes financeiros (CEF e BB), e como executor, as entidades organizadoras.</p>

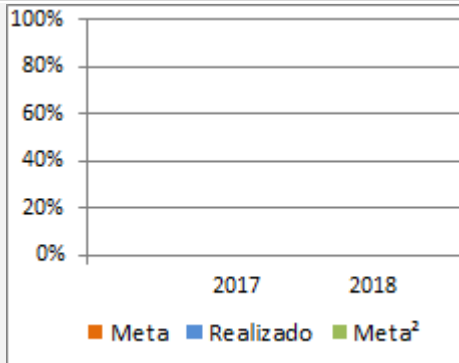
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício												
 <table><caption>Dados do Gráfico: Número de contratos firmados</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th><th>Meta 2018</th></tr></thead><tbody><tr><td>2017</td><td>~3.000</td><td>~2.500</td><td>-</td></tr><tr><td>2018</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	Meta 2018	2017	~3.000	~2.500	-	2018	-	-	-	<p>A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2018. Ressalta-se que a Unidade não tem metas específica para o Pronaf, somete para o crédito nas suas três modalidades, Neste sentido as metas encontram-se em fase definição. A UPC adotará como estratégia para o próximo exercício as Equipes de Articulação Territorial - EAT, que atuam de acordo com o território delimitado, bem como, atuar nas demandas para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf A e A/C, o Crédito Apoio Inicial I, Fomento e o Crédito Fomento Mulher que será atendida no âmbito do serviço de ATER. Ressalta-se que UPC, no caso do Pronaf, apenas emite a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP aos beneficiários em condição de acessar o crédito.</p>
Ano	Meta	Realizado	Meta 2018										
2017	~3.000	~2.500	-										
2018	-	-	-										

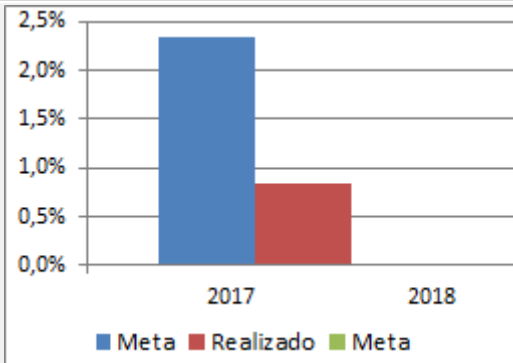
Índice de provimento de Assistência Técnica

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício												
 <table><caption>Dados do Gráfico: Índice de provimento de Assistência Técnica</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th><th>Meta</th></tr></thead><tbody><tr><td>2017</td><td>100%</td><td>~80%</td><td>-</td></tr><tr><td>2018</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	Meta	2017	100%	~80%	-	2018	-	-	-	<p>A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2018. Neste sentido as metas encontram-se em fase definição. Entretanto, a UPC nesta Ação, trabalhará prorrogação de pelo menos dois contrato, Através de Chamada Pública. Ressalta-se que esta ação envolve um volume expressivo de recursos.</p>
Ano	Meta	Realizado	Meta										
2017	100%	~80%	-										
2018	-	-	-										

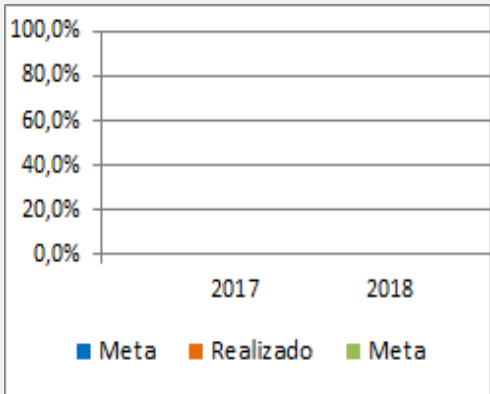
Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício												
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th><th>Meta²</th></tr></thead><tbody><tr><td>2017</td><td>0%</td><td>0%</td><td>0%</td></tr><tr><td>2018</td><td>0%</td><td>0%</td><td>0%</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	Meta²	2017	0%	0%	0%	2018	0%	0%	0%	<p>No caso em tela ressalta-se que o Incra não especifica este indicador em seu Caderno de Metas. Entretanto, no âmbito do Incra Sede não houve orientação para estudos voltados para levantamento por amostragem da renda média dos assentados, devido dentre outros fatores a limitações orçamentárias e a carência de pessoal.</p>
Ano	Meta	Realizado	Meta²										
2017	0%	0%	0%										
2018	0%	0%	0%										

Índice de parcelas supervisionadas

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício												
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th><th>Meta</th></tr></thead><tbody><tr><td>2017</td><td>2,3%</td><td>0,0%</td><td>0,0%</td></tr><tr><td>2018</td><td>0,0%</td><td>0,8%</td><td>0,0%</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	Meta	2017	2,3%	0,0%	0,0%	2018	0,0%	0,8%	0,0%	<p>A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2018, neste sentido as metas encontram-se em fase definição. Ressalta-se que esse trabalho é realizado nas Unidades Produtivas Familiares - UPF, através das EAT, de acordo com o território em que atuam. Adota-se essa estratégia com o objetivo de maximizar os recursos financeiros e potencializar a atuação nos territórios</p>
Ano	Meta	Realizado	Meta										
2017	2,3%	0,0%	0,0%										
2018	0,0%	0,8%	0,0%										

Índice de consolidação de assentamentos

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	<p>Esta ação historicamente apresenta dificuldades em sua execução por parte do Incra. Com base em normas específicas, um assentamento só pode ser consolidado após atingir uma série de pré-requisitos que contemplem as dimensões social, organizacional, econômica e ambiental e ainda garantir a auto-sustentabilidade do assentamento e das famílias ali assentadas. Estes pré-requisitos passam pela concessão de créditos às famílias, garantia de acesso à moradia e infraestrutura básica (estradas, água e energia elétrica), regularização fundiária e ambiental, acesso à educação, entre outros. Ressalta-se que foi publicada a MP 759/2016 que apresenta diretrizes objetivando a titulação do beneficiário.</p>

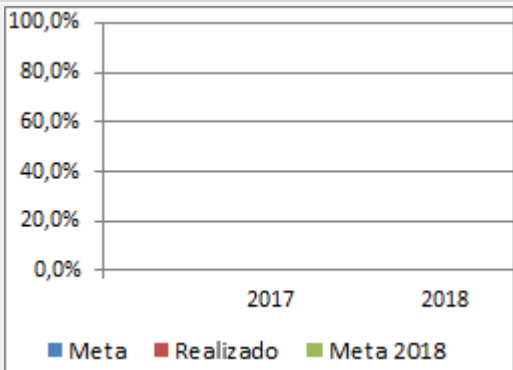
A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

A principal ação para atendimento das famílias assentadas, com relação ao abastecimento de água potável para consumo doméstico no Ceará, trata-se do Projeto Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional, coordenado pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA/Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais - COPPE, sendo o mesmo focado no atendimento das necessidades básicas de consumo humano.

Outra importante ação do Governo Federal/Governo do Estado do Ceará/SDA/COPPE é o Programa de Cisternas de Placas, que tem por principal finalidade melhorar o acesso à água para a população de baixa renda, fortalecendo a convivência com o semiárido e garantindo melhor qualidade de vida.

Índice de acesso à água para consumo doméstico

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	<p>A referência atual é o Caderno de Metas que não prevê metas para o exercício de 2018. No caso em tela ressalta-se que o Incra não especifica este indicador em seu Caderno de Metas, entretanto, em relação ao abastecimento de água potável para consumo doméstico a UPC tem adotado como estratégia, a parceria com órgãos do Governo Federal e Estadual.</p>

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento
Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências da Região Sudeste e Sul.

Não se aplica a esta UPC.

ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Não se aplica a esta UPC.

4- Governança, gestão de riscos e controles internos

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

Não houve atividades de auditoria interna nesta UPC no exercício, por parte do Incra Sede. Entretanto, no exercício, esta UPC foi selecionada para ter suas contas auditadas relativas ao Relatório de Gestão de 2016, pela Ciset/PR. As recomendações apontadas, nesta auditoria e relacionadas no Item 8.2, pag. 68 a 71, estão sendo objeto de providências visando o seu atendimento.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

A UPC adota o Caderno de Metas como principal instrumento instituído para garantir o controle dos objetivos estratégicos. Nele estão descritas, quantificadas e responsabilizadas todas as metas necessárias para o atingimento dos objetivos.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

A fidedignidade das informações é objeto de controle do SIR, cuja coordenação e gestão cabe à Diretoria de Gestão Estratégica - DE e suas respectivas coordenações, de Monitoramento e Avaliação - DEA e a de Planejamento - DEP, em Brasília. Na UPC, as informações são sistematicamente monitoradas mensalmente e inseridas em um módulo de acompanhamento das ações, ferramenta do referido sistema. Além desta, há o acompanhamento e publicação mensal de planilhas com as execuções físicas de algumas ações postadas na página *wiki.incra*. Outras informações também são registradas no SIAFI, SISPROT, SICONV, SIPRA, SIGEF, SNCCI e SEI.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

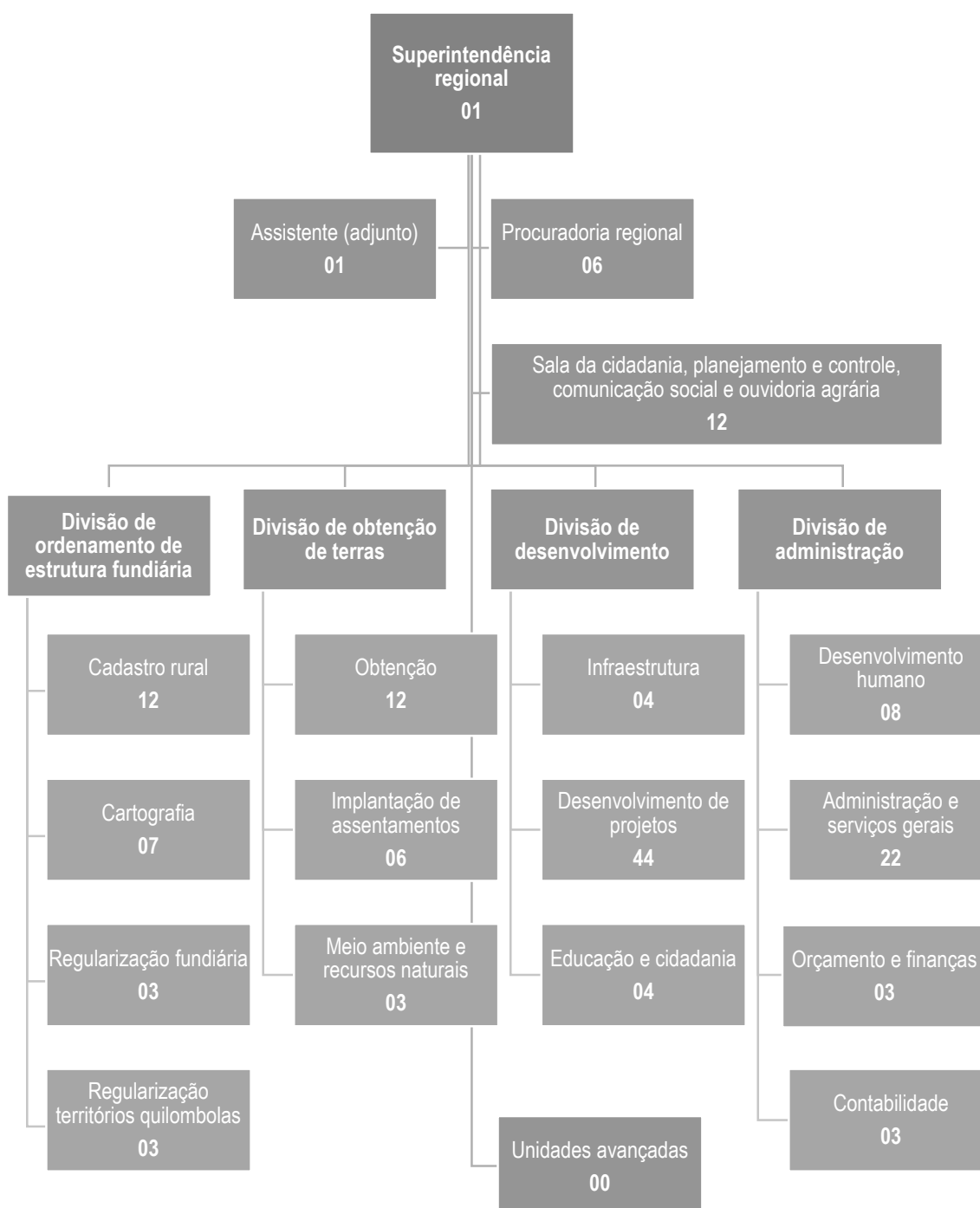
A situação dos controles internos ficou muito próxima dos resultados obtidos e descritos no Relatório de Gestão de 2016. No exercício, a UPC passou pelo processo de Auditoria nas Contas da Unidade, relativo ao RG de 2016, onde foram observadas pelos auditores algumas deficiências relativas aos controles internos. A Direção da UPC, entende que os controles são observados e a interlocução crescente com os Órgãos de Controle vem qualificando o monitoramento e, ainda, promovendo a celeridade e a melhoria no nível das respostas demandadas daquelas instituições. Ressalta-se ainda, que no tocante aos controles que tratam da avaliação de riscos, apresentados neste quadro, a UPC não consolidou ainda uma estruturação científica adequada, apesar dos esforços empreendidos pelo Incra Sede com a criação do Grupo de Trabalho - GT, voltado para elaborar uma política de Gestão de Risco.

A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

5- Áreas especiais da gestão

5.1- Gestão de pessoas

5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

Considerando que o último concurso para provimento de pessoal ocorreu em 2010; considerando o quadro em que foram suspensos os concursos públicos, bem como o elevado número de Servidores aptos a se aposentar; considerando ainda, que as Ações atribuídas a esta UPC estão superdimensionadas em relação ao seu quadro funcional, Mostrando que esta Regional tem carência de mão de obra para o desenvolvimento das Ações de Reforma Agrária em sua plenitude.

Observa-se, entretanto, que esta UPC tem desenvolvido esforços no sentido de otimizar a utilização dos Servidores em seus quadros, no sentido de atender as demandas ora imposta.

É importante ainda destacar, que a UPC tem em seus quadros servidores requisitados/cedidos para outros órgãos, seja da esfera federal ou estadual, os quais discriminamos a seguir:

- AGU/CE - 07 servidores cedidos;
- Estado de Ceará- 01 servidor cedido;
- Mestrado/Doutorado – 01 servidor;
- Licença sem remuneração – 01.

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

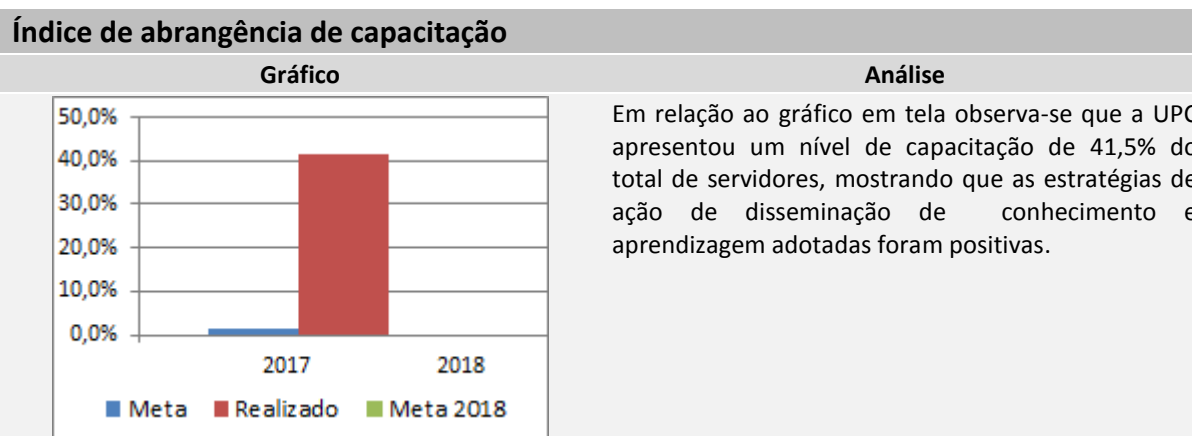
A UPC adotou como estratégia de capacitação, cursos presenciais em eventos externos, cursos pela internet, congressos e feiras, tendo como resultado uma maior disseminação do conhecimento, impactando positivamente nas ações da UPC.

Em 2017, esta UPC implantou o Sistema Eletrônico de Informação – SEI com destaque na capacitação em seu quadros de servidores, nesta ferramenta.

Foram capacitados 68 servidores perfazendo um total de 4.162 hs.

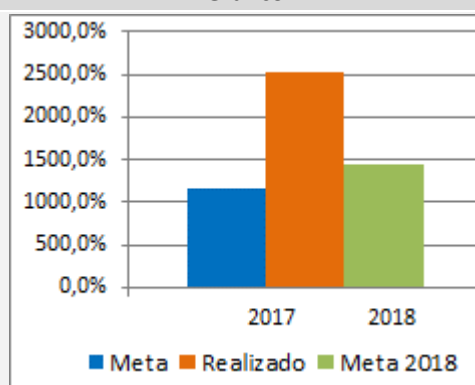
A Regional apresenta ainda um espaço permanente de discussão e disseminação de conhecimento e aprendizagem constituído no âmbito da Câmara Técnica, mediante a realização de debates, proposições e esclarecimentos técnicos voltados ao aperfeiçoamento dos processos e métodos utilizados nas ações do Incra, tendo como escopo o desenvolvimento rural sustentável.

Indicadores relacionados



Índice de horas de capacitação

Gráfico



Análise

Análogo ao indicador acima, o índice mostrou um desempenho satisfatório, entretanto, observa-se que no exercício, a UPC trabalhou muito com eventos de capacitação pela internet.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

6- Relacionamento com a sociedade

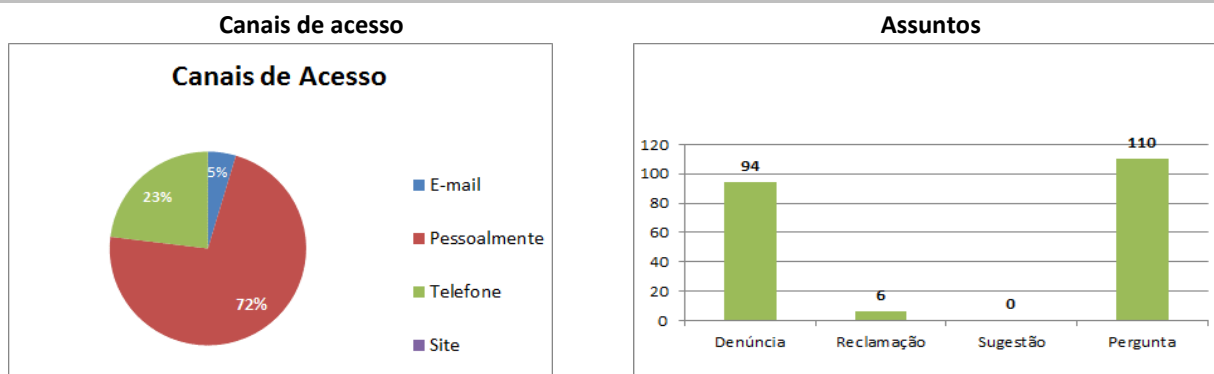
6.1- Canais de acesso do cidadão

Demandas registradas pela Ouvidoria em 2017

Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da Superintendência

Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúncia	94	94	94
Reclamação	06	06	06
Sugestão	0	0	0
Pergunta	110	110	110
Total	210	210	210

Características do acesso do cidadão à SR



Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

Considerando que o foco das ações são a prevenção e a mediação do conflito agrário, as atividades são voltadas para o público externo, tendo como alvo os atendimentos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, assentados da reforma agrária, quilombolas e vítimas da violência no campo. Também se busca solução negociada para as desavenças internas, principalmente entre famílias assentadas ou acampadas. Tal atuação é realizada através da mediação direta dos conflitos, atendimentos presenciais, telefônicos e por meio eletrônico, onde são registradas e encaminhadas denúncias, reclamações, solicitações e sugestões.

A Ouvidoria Agrária Regional - OAR atua diretamente no ambiente em que se materializa o conflito agrário. Compreende-se que além de atuar no modelo clássico do conflito agrário, onde o proprietário e o trabalhador rural sem-terra se encontram em situação de enfrentamento, faz-se necessário acompanhar e monitorar as diversas modalidades de conflitos que surgem das relações de convivência entre as famílias acampadas, bem como, entre grupos de famílias assentadas e/ou agregados. Nesse contexto, destaca-se as mediações de conflitos e/ou intervenções realizadas em 64 áreas, sendo 60 em assentamentos e quatro em acampamentos.

Demanda frequente trata da ocorrência de crimes nas áreas de assentamento e acampamentos. Tais delitos, em grande parte, são crimes contra a pessoa, a natureza e suspeita de tráfico de drogas. Nesses casos, a dá-se no sentido de orientar as vítimas e encaminhar institucionalmente as denúncias aos órgãos competentes.

Outra atividade realizada pela OAR é o acompanhamento das 1.428 famílias que se encontram nas 40 áreas de acampamentos, localizadas em 27 municípios do Estado. Essa intervenção, além da mediação do conflito, envolve a realização e o monitoramento da entrega de cestas de alimentos às famílias acampadas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, conforme disposto no acordo de cooperação entre MDSA e CONAB, bem como expressa no Termo de Execução Descentralizado - TED 2017/2018. No exercício, foram entregues 1.509 cestas de alimentos a 1.458 famílias. Cada cesta é composta por oito produtos, quais sejam: arroz, farinha de mandioca, feijão, açúcar, macarrão, flocos de milho, óleo e leite.

Referente ao atendimento com lonas plásticas foi entregue durante o exercício, 40 bobinas de lonas a 40 acampamentos.

As demandas de atendimento para a OAR envolvem situações complexas e de múltiplas especificidades. Para a realização das atividades, manteve-se o trabalho de articulação institucional com o Poder Judiciário, com o Executivo e com organizações da sociedade civil, enfatizando as organizações representativas dos trabalhadores e com os movimentos sociais. Nesse sentido, destaca-se o trabalho articulado com a Polícia Federal, Justiça Federal e Estadual, Secretária da Segurança Pública e Defesa Social, Secretaria Estadual do Desenvolvimento Agrário - SDA/Ouvidoria Agrária, Promotoria de Justiça, PFE, Programa de Proteção de Defesa dos Direitos Humanos, REDE de

Combate a Violência contra a Mulher e Conselhos Tutelares, dentre outras. Torna-se mister destacar a articulação no ambiente interno envolvendo os setores da UPC, o que permitiu a soma dos esforços, especialmente nos conflitos envolvendo famílias assentadas, que requerem ações posteriores para a solução da problemática.

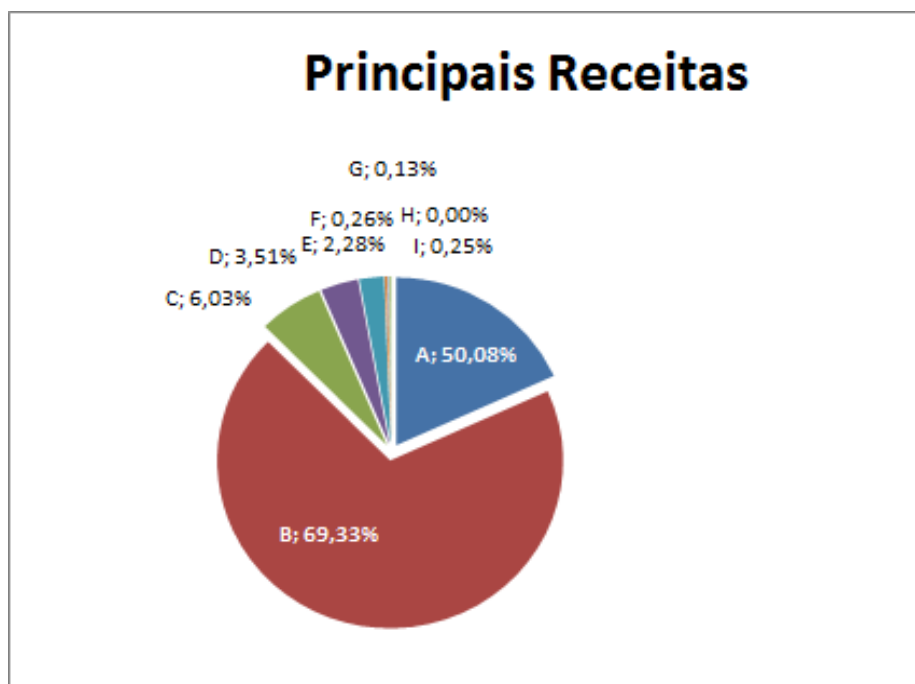
Em relação a processos administrativos, no exercício, não houve abertura de processo por esta Ouvidoria, haja vista que as ações decorreram da solicitação por acompanhamento, parecer ou diligência nos processos encaminhados pelas Divisões de Desenvolvimento e Obtenção de Terras. Com o início da utilização do SEI, que ocorreu em outubro de 2017, recebeu-se desde então, quatro processos que foram atribuídos diretamente para acompanhamento pela Ouvidoria Agrária, os quais ainda estão em processo de averiguação dos fatos denunciados.

Avalia-se os resultados como positivos dentro da estrutura atual da OAR. No entanto, refletimos que há necessidade de uma maior discussão interna das problemáticas que geram conflitos dentro da estrutura organizacional dos assentamentos, principalmente diante das mudanças que estão sendo vislumbradas com as alterações no marco legal para a reforma agrária. Entende-se que deve haver uma disposição entre gestores e servidores na perspectiva de enfrentar os novos desafios postos, com adoção de quebra de paradigmas na busca de decisões, estratégias e ações que venham qualificar os resultados.

O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro

7.1-Desempenho orçamentário e financeiro do exercício

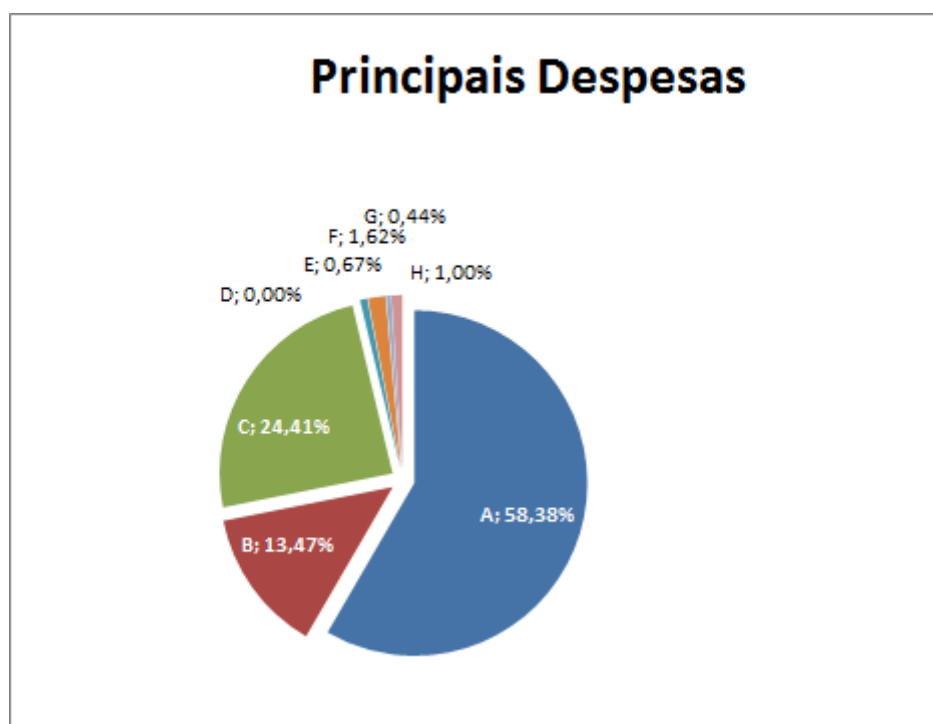


Principais receitas (em milhares de Reais)	2015	2016	2017
A - SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	12,95	10,02	4,02
B - CONTRIBUIÇÕES	4,81	6,30	15,30
C - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1,16	1,27	1,33
D - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1,15	1,39	0,78
E - OUTROS	0,86	0,50	0,50
F - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,37	0,41	0,06
G - MATERIAL DE CONSUMO	0,28	0,08	0,03
H - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,02	0,02	0,00
I - INDENIZAÇÕES	0,02	0,03	0,05
Total	21,62	20,01	22,07

Provisão Recebida

A UPC é um órgão descentralizado ao qual compete coordenar e executar as atividades, na área de sua atuação, definidas no Regimento Interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto, não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo os recursos/créditos descentralizados do Incra Sede. Neste sentido, as informações consideradas como receitas, são os créditos descentralizados. Em face desta particularidade, apresenta-se apenas a relação dos principais valores recebidos no exercício, com destaque para contribuições que em sua maior parte referem-se aos convênios de Infraestrutura. Logo a seguir aparecem os Serviços de

Terceiros de Pessoas Jurídicas que refere-se em sua maior parte aos compromissos com a ATER e despesas administrativas. Merece destaque também os recursos recebidos para locação de mão de obra, para pagamento dos terceirizados com 6% do total recebido. Diante as demandas dos serviços da UPC no campo, há necessidade de assegurar recursos para tal fim. Nesse sentido foi provisionado recursos na ordem de R\$ 775,6 mil. Ressalta-se que do total dos recursos recebidos, R\$ 22,1 milhões, foram empenhados 98,2% deste montante.



Principais despesas (em milhares de Reais)	2015	2016	2017
A - SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	3,30	3,27	3,18
B - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0,99	0,86	0,73
C - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,94	1,25	1,33
D - CONTRIBUIÇÕES	0,68	0,00	0,00
E - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,31	0,36	0,04
F - OUTROS	0,26	0,12	0,09
G - MATERIAL DE CONSUMO	0,11	0,05	0,02
H - INDENIZAÇÕES	0,02	0,03	0,05
Total	6,61	5,94	5,44

Valores Pagos

Em relação às despesas, a maior parte dos valores pagos, 58,4%, refere-se a Serviços de Terceiros Pessoa Jurídicos, relativos em sua maior parte aos contratos de ATER. Destacam-se ainda os gastos com Administração da Unidade e Locação de Mão de Obra. Ressalta-se que as ações são executadas na ponta, isto é, nos assentamentos distribuídos por todo território do Estado, consequentemente, demandando recursos para o custeio, que ficou na ordem de 13,5%. Em uma análise temporal, observa-se uma redução na liberação de recursos financeiros por parte da União no sentido de atender as obrigações dentro do exercício.

7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Demonstração 1 – Balanço Patrimonial	http://www.incra.gov.br/demonstracoes-contabeis/2017/sr-02-ceara
Demonstração 2 – Balanço Orçamentário	http://www.incra.gov.br/demonstracoes-contabeis/2017/sr-02-ceara
Demonstração 3 – Balanço Financeiro	http://www.incra.gov.br/demonstracoes-contabeis/2017/sr-02-ceara
Demonstração 4 – Demonstração das Variações Patrimoniais	http://www.incra.gov.br/demonstracoes-contabeis/2017/sr-02-ceara
Demonstração 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	http://www.incra.gov.br/demonstracoes-contabeis/2017/sr-02-ceara
Notas Explicativas	http://www.incra.gov.br/demonstracoes-contabeis/2017/notas-explicativas

7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

Sugere-se que este item não ultrapasse o tamanho de 3 páginas.

7.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 1.2.1.1.0.3.0.1 - Empréstimos Concedidos a Receber, dentre outras subcontas, registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas diversas modalidades existentes.

No exercício, em âmbito Regional, o saldo da conta 1.2.1.1.03.01 - Empréstimos Concedidos, fechou com o montante de R\$ 180.996.982,33, não ocorrendo variação no período.

Saneamento processual dos processos individuais do beneficiário

Com relação aos antigos créditos (contratos assinados até 26/12/2013), no âmbito da UPC, até o momento, 297 beneficiários tiveram o cadastramento de modalidades encerrado no SNCCI, ou seja, tiveram seus processos individuais saneados com o cadastramento de todas as modalidades recebidas pelo beneficiário. Ação indispensável para enquadramento ou não dos créditos concedidos ao beneficiário nas regras de remissão.

Já com relação às novas modalidades de crédito, ressalta-se que para concessão dos mesmos, os processos individuais já se encontram devidamente instruídos, sendo que alguma possível pendência é saneada antes da concessão, pois existem vários controles internos no SNCCI e no próprio sistema bancário que impedem a concessão para beneficiários inaptos.

Estágio de implementação do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação (SNCCI)

O SNCCI disponibiliza todas as funcionalidades necessárias à concessão dos novos créditos, bem como para o cadastro dos créditos antigos a cobrar ou remitir. O sistema aguarda apenas a regulamentação da Lei 13.001/2014, para liberação de módulo relativo à cobrança dos antigos créditos.

Segundo informações da Diretoria de Gestão Administrativa - DA, está em fase de construção, módulo do SNCCI que auxiliará às Superintendências Regionais no tratamento de inadimplentes com a emissão de notificações para regularização de débitos e de encaminhamento para Dívida Ativa, e também um módulo de relatórios personalizáveis para acompanhamento e gestão. Atualmente estão disponíveis alguns relatórios mais usuais e um relatório analítico onde é possível filtrar demais informações desejadas.

Ainda segundo a DA, por exigência da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, o SNCCI deveria estar apto, ainda em 2017, a gerar Guias de Recolhimento da União - GRU registradas, pois somente este modelo seria aceito pelos bancos para pagamento. O sistema foi adaptado e agora todas as GRU geradas são registradas em conformidade com as novas regras do sistema bancário. Cabe ressaltar que a Sala da Cidadania Digital permite também que o próprio beneficiário emita sua GRU para pagamento em qualquer localidade com acesso à internet.

Análise crítica do volume de remissões, renegociações, liquidações e inadimplências das dívidas

Na UPC um total de 3.941 créditos que perfazem R\$ 23.245.150,00 já foram lançados no SNCCI, (aplicação finalizada ou em andamento), e destes, 450 créditos no montante de R\$ 1.232.950,00 estão disponíveis para remissão e, 321 créditos no total de R\$ 823.550,00 foram remidos.

Ainda não ocorreram liquidações nos antigos créditos tendo em vista a não regulamentação da Lei 13.001/2014, no que tange ao pagamento dessas dívidas. Por consequência, não foram realizadas negociações nem liquidações e a inadimplência ainda não pôde ser computada.

Com relação ao novo crédito (contratos assinados a partir de 26/05/2014), no exercício, foram disponibilizadas para emissão, desconsiderando os recálculos, 12.583 GRU para cobrança em âmbito nacional, com vencimento dentro do exercício, ou seja, créditos que foram concedidos em 2014 (Apoio Inicial I) e 2016 (Fomento Mulher). Destes 11.116 foram pagos no exercício, o que totaliza uma inadimplência de aproximadamente 11,66% em todo Brasil.

No âmbito da UPC, foram disponibilizadas 49 GRU, destas, 46 foram pagas no exercício, ou seja 93,9% totalizando uma inadimplência de somente de 6,12%.

A fonte de informação é o SNCCI em relatório de 09/02/2018, cujo critério de filtragem foi prazo final para pagamento dentro do exercício, data do crédito no cartão anterior à 01/01/2017, situação do crédito igual a ativo e situação da prestação diferente de vencida e de recalculada.

Estágio da evidenciação contábil dos créditos

Do total do Grupo Empréstimos e Financiamentos Concedidos do Ativo Realizável a Longo Prazo, quase que a totalidade do saldo está registrado na Conta 12111.0.3.0.1 - Empréstimos Concedidos a Receber, cujo montante ao final de 2017 totalizou R\$ 5.817.479.431,86.

Esta conta registra o montante dos recursos emprestados aos beneficiários da reforma Agrária, a título de Crédito Instalação (crédito antigo) nas suas diversas modalidades, concedidos desde 1985, sendo que estes valores somente podem ser baixados pela remissão ou conforme o caso, após pagamento pelos devedores dos empréstimos.

No entanto, para que isto aconteça as UPC, particularmente as Divisões de Desenvolvimento devem cadastrar todos os processos de créditos concedidos no SNCCI. Realizado este procedimento, estima-se que os beneficiários atendidos terão boa parte de suas dívidas remitidas, conforme dispõe a Medida Provisória 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014.

Outras informações julgadas relevantes

No exercício, conforme informações da DD, foram emitidos, em âmbito nacional, 20.460 cartões, distribuídos nas modalidades de Crédito de Instalação Apoio Inicial I e Fomento Mulher. Dentre eles 10.971 cartões da primeira modalidade. Destes foram 3.506 por meio do Decreto 8.256/2014 e 7.465 pelo Decreto 9.066/2017. Na outra modalidade executada foram 9.489 cartões, dentre os quais 817 via Decreto 8.256/2014 e 8.672 pelo Decreto 9.066/2017. Apesar de serem concedidos no exercício, a cobrança será realizada em exercícios posteriores, respeitados os prazos de carência de cada modalidade.

7.3.2 Créditos a receber de parceiros

Saneamento processual

Com relação as prestações a cobrar dos títulos de domínio, as informações ainda são controladas de forma manual e estão presentes em cada processo individual dos beneficiários/mutuários. À medida em que são geradas novas prestações, os comprovantes serão inseridos nos respectivos processos.

[Estágio de implementação do Sistema de Titulação de Imóveis da Reforma Agrária (SNT)]

Segundo informações da DA, foi criado um Grupo de Trabalho através da Portaria Incra nº 629/2017, publicada no DOU nº 209 de 31/10/2017 e cujos trabalhos foram prorrogados pela Portaria Incra nº 719/2017, publicada no DOU nº 249 de 29/12/2017, que visa a especificação do

escopo de pré-requisitos necessários para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Títulos - SNT. A previsão é que os trabalhos sejam concluídos no final de fevereiro/2018 e a demanda para o desenvolvimento do sistema seja oficializada na sequência, seguindo os ritos previstos na Instrução Normativa SLTI/MP, nº 04 de 12/10/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por se tratar de uma demanda antiga, um dos módulos do sistema, o de Titulação Quilombola, já se encontra em fase de testes para homologação pelos gestores da DF, devendo ser disponibilizado assim que concluído.

Ainda segundo informações da DA, já foi elaborada outra ferramenta que deverá substituir a atual que é utilizada para cálculo das prestações dos títulos de domínio. Atualmente os cálculos são realizados através do aplicativo TDominio que utiliza banco de dados Access, mas que carece de maior agilidade e controle. A nova ferramenta deverá passar pela aprovação da Alta Direção e, caso aprovada, deverá ser colocada à disposição ainda no primeiro semestre de 2018.

Estágio da evidenciação contábil dos créditos

Do total registrado no grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, cujo saldo ao final de 2017 foi de R\$ 7.831.298.302,49, a conta contábil que representa quase a totalidade deste montante é a 12121.98.08 - Créditos a Receber - Regularização Fundiária, que apresentou o saldo de R\$ 7.827.776.615,89.

A conta 12121.98.08 - Créditos a Receber - Regularização Fundiária tem a função de *“registrar os valores a receber decorrentes de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal”* (fonte: SIAFI).

O próprio Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1320/2017, informa que: *“o Incra relatou que o saldo da conta 1.2.1.2.1.98.08 não reflete a realidade. Para que isso ocorra, faz-se necessário que a autarquia desenvolva um sistema integrado para controle da evolução patrimonial dos imóveis adquiridos para fins de reforma agrária e regularização fundiária até a sua efetiva titulação e pagamento pelos parceiros/posseiros dos valores devidos à União. Para tanto, a autarquia afirma que se encontra em desenvolvimento o Sistema Nacional de Titulação, capaz de suprir todas as necessidades e questões fundiárias afetas ao órgão, cujo prazo para entrada em produção ainda não é possível precisar”*.

Diante do exposto, a Coordenação-Geral de Contabilidade do Incra Sede e o Serviço de Contabilidade nas UPC, somente poderão registrar as variações patrimoniais na conta contábil acima, quando forem disponibilizadas pelas áreas técnicas competentes as informações necessárias.

Análise crítica do volume de liquidações e inadimplências das dívidas

Com relação aos TD, em âmbito nacional, foram liquidados 6.487 GRU no total de R\$ 14.339.519,96, porém a inadimplência não pôde ser computada, pelo fato dos sistemas atualmente responsáveis pela emissão dos títulos e pelo cálculo das prestações não possuírem funcionalidades ligadas à cobrança e arrecadação, situação que deverá ser ajustada com o advento do SNT. No novo sistema, os servidores passarão a ter a possibilidade de registrar, não só as informações sobre pagamento dos títulos emitidos, como também poderão registrar os pagamentos feitos no passado.

Os valores foram obtidos do Sistema de Gestão de Recolhimento da União - SISGRU, de onde foram filtrados todos os registros com código de recolhimento iguais a 28.874 (alienação de imóveis rurais da reforma agrária) e com data de contabilização no SIAFI dentro do exercício da unidade gestora arrecadadora - 373001.

Ressalta-se a impossibilidade de segmentação das informações por UPC, tendo em vista que os pagamentos são feitos via GRU Simples e dada as limitações já citadas dos sistemas atualmente em uso.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão Nº 581/2014-TCU-2ª CÂMARA	1.7.1	Utime, no prazo de 60 dias, a análise do convênio Nº 703952 (número original 11/2009), celebrado com o município de Mombaça/CE, instaurando, se for o caso, a competente TCE	Considerando que o valor de alçada não atingiu o valor mínimo para instauração de TCE, o processo de prestação de contas foi encaminhado, em 2016, à Procuradoria Federal Especializada – PFE/INCRA-CE - para cobrança judicial do dano, sendo a referida cobrança encaminhada, ainda em 2016, à Procuradoria Federal do Estado do Ceará-PF/CE, e consequentemente à Seção Judiciária do Justiça Federal em Sobral, para execução da cobrança por ser este o órgão competente para tal fim.
Acórdão Nº 3671/2014-TCU-2ª CÂMARA	1.7.1	Utime, no prazo de 90 (noventa) dias, a análise da prestação de contas do convênio Nº 16000/2011 (Siafi nº759958), celebrado com o Município de Trairi/CE, instaurando, se for o caso, a competente TCE	Aguardando julgamento final do recurso de apelação imposto pelo Município de Trairi na ação ordinária em curso, junto a Justiça Federal e Estadual. Prestação de contas do convênio Nº 16000/2011 (Siafi nº759958), em processo de instauração de TCE
Acórdão Nº 6008/2016-TCU-1ª CÂMARA	1.7.3	Recomendar à Superintendência Regional do Incra no Estado do Ceará (SR(02) CE), no que diz respeito ao atendimento às necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, que observe os dispositivos da Lei 13.146/2016 (Lei Brasileira de Inclusão), em especial os arts. 4º, § 1º, 56 e 57.	Recomendação acatada, a UPC elaborou o projeto básico de forma a atender a recomendação, entretanto, não houve provisão de recursos orçamentários/financeiros para a UPC, no exercício de 2017, para a Ação Reforma e Instalações de Prédios - ND 449051.

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Recomendação	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Relatório: 201109234 Constatação: 25	64185	Recomendação em Nota de Auditoria: Recomendamos que a unidade regularize, no SICONV, junto ao órgão responsável, o convênio nº 640198/2008, e providencie a atualização de seus registros no referido sistema.	Recomendação atendida junto a Solicitação de Auditoria nº 2017/0026-08, através do Ofício Nº 311/2017/GAB/INCRA-SR(02)/CE de 30 março de 2017.
Relatório: 201305871 Constatação: 41	83351	Proceder à busca e localização do processo do Convênio nº 526960. Caso não seja encontrado e na impossibilidade de reconstituição do processo, apurar responsabilidade pelo seu desaparecimento nos termos da Portaria Normativa MPOG n.º 05/02.	Foi aberto Processo Administrativo para busca e localização, do Processo do Convênio nº 526960
Relatório de AAC 2016 - Incra CE	175208	Recomendação 1: Definir metas orçamentárias com base em critérios objetivos (diferenças regionais, indicadores sociais, econômicos e de infraestrutura), de forma que o orçamento possa ser executado no exercício conforme o planejamento (Refere-se ao achado A.1.3).	Considerando que o Relatório final de Auditoria nas Contas da Superintendência Regional do Incra no Ceará, ocorreu em meados do exercício, esta recomendação está sendo objeto de providências visando o seu atendimento.
Relatório de AAC 2016 - Incra CE	175209	Recomendação 2: Definir critérios objetivos para o planejamento anual das ações de Supervisão Ocupacional, considerando aspectos logísticos, custos e capacidade operacional, de forma a otimizar a definição das metas junto ao Incra/Sede (Refere-se ao achado B.1.1).	Considerando que o Relatório final de Auditoria nas Contas da Superintendência Regional do Incra no Ceará, ocorreu em meados do exercício, esta recomendação está sendo objeto de providências visando o seu atendimento.
Relatório de AAC 2016 - Incra CE	175210	Recomendação 3: Implementar programação operacional anual (plano de ação) para a Supervisão Ocupacional, a qual poderá ser revista periodicamente ou sempre que	Considerando que o Relatório final de Auditoria nas Contas da Superintendência Regional do Incra no Ceará, ocorreu em meados do exercício, esta recomendação está sendo objeto de providências visando o seu atendimento.

		<p>houver demanda extraordinária, com as devidas atualizações e comunicação para as equipes envolvidas, estabelecendo o quantitativo de visitas, assentamentos, período, escopo e equipe (Refere-se ao achado B.1.2).</p>	
Relatório de AAC 2016 - Incra CE	175211	<p>Recomendação 4: Padronizar os relatórios técnicos das equipes que trabalham com ações de Supervisão Ocupacional, de forma que os dados constantes dos respectivos instrumentos possam subsidiar a tomada de decisões dos gestores quanto à regular operacionalização do Programa Nacional de Reforma Agrária no Estado do Ceará, considerando o preenchimento das seguintes informações, no mínimo: relação nominal dos assentados, situação do lote (se produtivo ou não), situação de créditos (recebidos e em que fase de quitação), data da visita, equipe, síntese das atividades desenvolvidas pela equipe na visita, dados da produção realizada na área, registros fotográficos e conclusão com proposta de encaminhamento diante das situações encontradas (Refere-se ao achado B.1.3).</p>	<p>Considerando que o Relatório final de Auditoria nas Contas da Superintendência Regional do Incra no Ceará, ocorreu em meados do exercício, esta recomendação está sendo objeto de providências visando o seu atendimento.</p>
Relatório de AAC 2016 - Incra CE	175212	<p>Recomendação 5: Consolidar e gerenciar as informações obtidas durante os trabalhos de Supervisão Ocupacional, de forma a efetivamente acompanhar o desenvolvimento dos projetos de assentamentos e a solução dos problemas identificados pelas equipes em campo, produzindo informações confiáveis e tempestivas sobre a efetividade do Programa Nacional de Reforma Agrária no Estado do Ceará (Refere-se ao achado B.1.4).</p>	<p>Considerando que o Relatório final de Auditoria nas Contas da Superintendência Regional do Incra no Ceará, ocorreu em meados do exercício, esta recomendação está sendo objeto de providências visando o seu atendimento.</p>

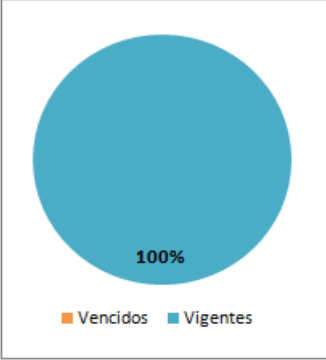
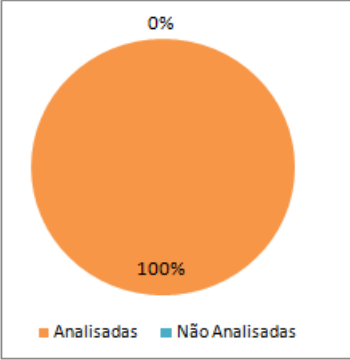
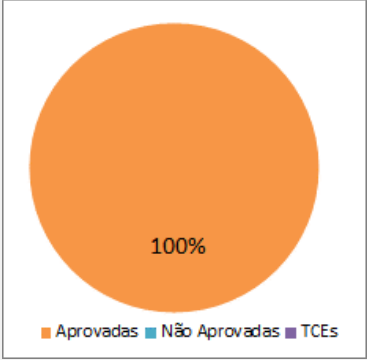
Relatório de AAC 2016 - Incra CE	175213	Recomendação 6: Proceder ao levantamento dos usuários que efetivamente devem ter acesso ao Sistema Sipra, encaminhando os dados para o órgão central a fim de ajustar os cadastrados indevidamente, inclusive empregados terceirizados e pessoas que já saíram do quadro da Superintendência Regional (Refere-se ao Achado B.2.2)	Recomendação acatada, foi encaminhado a Brasília lista nominal para exclusão de Servidores, Estagiarias e Terceirizados do Sipra, por motivo de falecimento, aposentadoria, fim de contrato dos colaboradores terceirizados e estagiários.
Relatório de AAC 2016 - Incra CE	175214	Recomendação 7: Instituir fluxo para novos cadastramentos e exclusões de usuários no Sistema Sipra, promovendo a divulgação da orientação aos servidores (Refere-se ao achado B.2.2).	Considerando que o Relatório final de Auditoria nas Contas da Superintendência Regional do Incra no Ceará, ocorreu em meados do exercício, esta recomendação está sendo objeto de providências visando o seu atendimento.
Relatório de AAC 2016 - Incra CE	175216	Recomendação 9: Constituir comissão com vistas a apurar responsabilidade quanto aos pagamentos que foram realizados ao servidor CPF ***.974.962-** sem a correspondente contraprestação laboral, conforme pronunciamentos jurídicos exarados pela CGT/PFE/INCRA/PGF/AGU, por meio da Nota Técnica nº 023/2014/AAL/CGT/PFE-INCRA/PGF/AGU, de 5 de setembro de 2014 (fls. 144/145), e pela PFE/INCRA/CE, na forma do Parecer PFE/INCRA/CE/Nº 105/2014, de 30 de outubro de 2014 (fls. 157/164), consoante Processo nº 54130.001112/2012-73 (Refere-se ao achado D.2.1).	Considerando que o Relatório final de Auditoria nas Contas da Superintendência Regional do Incra no Ceará, ocorreu em meados do exercício, esta recomendação está sendo objeto de providências visando o seu atendimento.
Relatório de AAC 2016 - Incra CE	175217	Recomendação 10: Instar a PFE/INCRA/CE a se pronunciar quanto à necessidade de reaver valores, em favor da União, percebidos pelo servidor CPF ***.974.962-**, sem a devida contraprestação laboral, no período de janeiro de 2008 a	Considerando que o Relatório final de Auditoria nas Contas da Superintendência Regional do Incra no Ceará, ocorreu em meados do exercício, esta recomendação está sendo objeto de providências visando o seu atendimento.

		agosto de 2014, tendo em vista a inexistência de licenças médicas homologadas e/ou perícias médicas oficiais realizadas nesse intervalo temporal (Refere-se ao achado D.2.1).	
Relatório de AAC 2016 - Incra CE	175218	Recomendação 11: Estabelecer controles internos administrativos quanto aos processos pendentes de instauração, para evitar o advento da prescrição disciplinar quanto à apuração dos fatos relativos às denúncias (Refere-se ao achado D.2.2).	A UPC usará como ferramenta de controle o Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Convênios firmados no SICONV (Portarias 127/08, 507/11 e 424/16)

Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela Superintendência

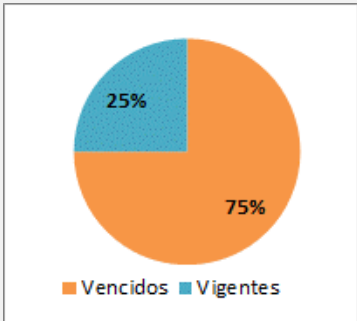
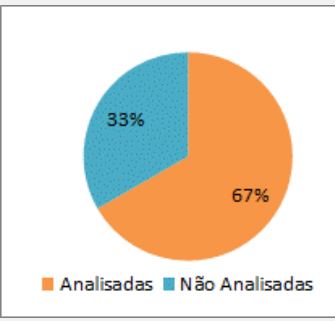

Não analisadas <i>Prazo de análise</i>		Prestações de contas de convênios e contratos de repasse		Analisadas <i>Resultado</i>	
					
Montante	2.317.050,00	Montante	7.062.322,48	Montante	5.738.787,47
Vigentes	4	Analisadas	14	Aprovadas	11
Vencidos	0	Não analisadas	0	Não aprovadas	0
				TCEs	0

Análise

A UPC vem trabalhando no sentido de intensificar a análise das prestações de contas das convenientes de modo a evitar passivos. No exercício, foram analisadas 14 prestações de contas de convênios, sendo aprovados 11 prestações de contas. Dos 14 convênios analisados, um foi diligenciado e dois foram encaminhados para proposta de abertura de Tomada de Contas Especial.

Convênios firmados no SIAFI (IN 01/97)

Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela Superintendência

Não analisadas <i>Prazo de análise</i>		Prestações de contas de convênios e contratos de repasse		Analisadas <i>Resultado</i>	
					
Montante R\$	28.630.249,60	Montante R\$	8.630.249,60	Montante R\$	8.812.350,00
Vigentes	1	Analisadas	2	Aprovadas	0
Vencidos	3	Não analisadas	1	Não aprovadas	2
				TCEs	0

Análise

Considerando o quantitativo dos convênios firmados pela UJ, na égide da IN/STN/ 01/97, com prazo de vigência expirada, desde 2010, deu-se continuidade aos trabalhos de reanálise de prestação de contas dos mesmos, devido a complementação de documentação enviados pelas convenientes, visando à eliminação do estoque de convênios ainda com registro no sistema SIAFI na situação “A Aprovar”.

Ressalta-se, que os dois foram analisados e não aprovados, sendo que estão em processo de reanálise de prestação de contas, devido as contestações realizadas pelas convenientes.

8.4-Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A UPC tem tentado, ao máximo, cumprir as determinações contidas no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, principalmente no que diz respeito ao descrito no § 3º do referido artigo, que diz respeito aos pagamentos decorrentes das despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, as determinações contidas no art. 5º - A, bem como, também, no cumprimento da estrita ordem cronológica das datas de exigibilidades nos pagamentos das obrigações assumidas de que trata o caput do artigo em referência. Esclarecemos, por oportuno, que a falta de regularidade de descentralização de recursos financeiros para cumprimento dessas obrigações, bem como, a falta de documentação comprobatória obrigatória que deve acompanhar as notas fiscais de produtos/serviços prestados, aliado à falta de regularidade fiscal dos fornecedores/contratados, são elementos essenciais ao não estrito cumprimento do disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993. Entretanto, esta UPC, além de seguir fielmente o previsto no artigo descrito, tem procedimentos normativos internos para execução desses pagamento/obrigações, sempre no intuito de dar maior transparência, garantia e fidedignidade no cumprimento dessa obrigação. A

Nota Fiscal de produto/serviço entregue é devidamente encaminhada ao fiscal do contrato para o devido ateste ou rejeição. Caso seja aceita recebe o devido ateste, sendo encaminhada aos setores competentes, contabilidade e posteriormente financeiro, para a conclusão da obrigação assumida, liquidação e posterior pagamento, juntamente com as demais documentações previstas em Lei e no Contrato. Esta UPC respeita, ao máximo, uma ordem cronológica referente ao período de tempo em que a nota fiscal é apresentada até o dia de sua liquidação com envio da ordem bancária para pagamento, não cumprindo, em algumas oportunidades, essa ordem cronológica da em razão das dificuldades operacionais/administrativas já relatadas.

9- Anexos e apêndices

9.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UPC

Complementa informações do item 4.2.3

Quadro 14: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ - Superintendência Regional

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
1.3	A comunicação dentro da UP é adequada e eficiente.				x	
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.					x
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
3	Procedimentos de controle					
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os		x			

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
	riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.					
3.2	As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
3.3	As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
3.4	As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
4	Informação e comunicação					
4.1	A informação relevante para UPC, é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
4.2	As informações consideradas relevantes pela UPC, são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC, é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
5	Monitoramento					
5.1	O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
5.2	O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
5.3	O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
	Legenda dos valores					
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UPC.					
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UPC.					
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.					
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UPC.					
	5. Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UPC.					

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 5.1

Com relação ao atendimento ao público externo, a UPC implantou no exercício, o Sistema Eletrônico de Informação - SEI, que lida com o cadastramento e trâmite de processos e documentos. Outros atendimentos acabam se concretizando através de diversos sistemas, como o SIPRA, o SIGEF e o Sistema Eletrônico do Serviço ao Cidadão e-SIC.

Em abril de 2014, um novo conceito de relacionamento com o público alvo passou a ser implementado pelo Incra, envolvendo a chamada Sala da Cidadania Digital, caracterizada por um ambiente virtual que concentra em uma única interface serviços de auto atendimento, solicitações de serviços e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Qualquer usuário poderá acessar os serviços da Sala da Cidadania através da Internet, utilizando as chaves de acesso ao ambiente virtual (CPF, número de inscrição do imóvel, etc).

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar atualização cadastral do beneficiário da reforma agrária, emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), emissão de espelho do beneficiário, solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP B e liquidação ou renegociação das dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Possibilidade dos beneficiários consultarem pendências identificadas pelo TCU, a respeito da situação no PNRA no sentido de obterem orientações de como saná-las, além de poderem enviar *on-line*, por meio do sistema, os documentos solicitados pelo Incra, para análise dos técnicos da UPC e posterior regularização da situação, atualizar *on-line* alguns dados do cadastro no SIPRA. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de solicitação de emissão do comprovante de atividade rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do CCIR, acesso ao SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Trata-se, portanto, de uma metodologia de aproximação do Incra com o seu público alvo. Ao mesmo tempo, busca-se reduzir consideravelmente os custos de acesso aos serviços oferecidos, bem como com os deslocamentos, notadamente dos assentados.

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
e-SIC	16	16	-		-
Acompanhamentos de processos	3.670	2.455	1.215	20 dias	-
Declaração de Aptidão ao Pronaf	4.891	4.891	-	imediato	-
Aquisição de Imóveis por estrangeiros	5	5	-	8 dias	-
Certificações de peças técnicas	865	865	-	8 dias	-
Retificação de Área	-	-	-	-	-
Suspensão de emissão de CCIR	7	7	-	5 dias	-
Cancelamento por descaracterização de imóvel rural	61	61	-	15 dias	-
Requerimento de Certidão para Assentado	-	-	-	-	-
Desmembramento abaixo da FPM	10	10	-	8 dias	-
Multiplicidade/Duplicidade de cadastro	17	17	-	8 dias	-
Certidão Negativa p/Propriedade Rural	96	96	-	8 dias	-
Usucapião					-

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.3

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta 2018
79,9%	89,5%	86,2%
<p>Memória de cálculo:</p> <p>Índice 2017: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (13.332.088,01 - Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada 31 12 2017) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (14.892.047,20 - Fonte: IBGE) multiplicado por 100.</p> <p>Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos</p>		

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta 2018
125,7%	82,1%	116,6%
<p>Memória de cálculo:</p> <p>Índice 2017: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (865 - Fonte: DOF) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (1053 - Fonte: DOF) multiplicado por 100.</p> <p>Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos</p>		

Índice de Regularização Fundiária (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta 2018
100,0%	146,0%	115,3%
<p>Memória de cálculo:</p> <p>Índice 2017: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (12395 - Fonte: wiki) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (8489 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.</p> <p>Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos</p>		

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta 2018
285,80	0,00	285,80
Memória de cálculo: Índice 2017: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,00 - Fonte: SIAFI) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte: WIKI) Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta 2018
0,0%	0,0%	0,0%
Memória de cálculo: Índice 2017: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (0 - Fonte: SIR) dividido pela meta de protocolização de licenças ambientais conforme plano de metas do exercício (0 - Fonte: Cad. Meta) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta 2018
409,6%	919,6%	716,2%
Memória de cálculo: Índice 2017: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (423 - Fonte: SIR) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (46 - Fonte: SIR) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de provimento de PDA/PRA (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta 2018
0,0%	0,0%	0,0%
<p>Memória de cálculo:</p> <p>Índice 2017: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA (0 - Fonte: sir) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (457 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100.</p> <p>Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos</p>		

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta 2018
0,0%	0,0%	0,0%
<p>Memória de cálculo:</p> <p>Índice: 2017: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (0 - Fonte: SIR) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (3 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100. Metas: 2017: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte:) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte:) multiplicado por 100. 2018: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Não Definido) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) multiplicado por 100.</p>		

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção

2017		2018
Meta	Realizado	Meta 2018
3.000	2.460	0

Memória de cálculo:

Realizado 2017: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (1458 - Fonte: SNCCI) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (1002 - Fonte: SNCCI). Meta 2017: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Não Definida) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (1548 - Fonte: Plano de Metas 2017) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (1452 - Fonte: Plano de Metas 2017), 2018: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Não Definida) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado)

Índice de provimento de assistência técnica (%)

2017		2018
Meta	Realizado	Meta
0%	0%	0%

Memória de cálculo:

Índice 2017: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (11582 - Fonte: wiki.incra) dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR (0 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2018: Meta de famílias a serem atendidas com ATES (0) Fonte: Plano de metas 2018 ainda não publicado, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas (0) Fonte: Plano de metas 2018 ainda não publicado: Meta de famílias a serem atendidas com ATES (0) Fonte: Plano de metas 2018 ainda não publicado, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas (0) Fonte: Plano de metas 2018 ainda não publicado

Renda média das famílias (por amostragem) - R\$		
2017		2018
Meta ¹	Realizado	Meta ²
	0,0%	

¹ Não existe parâmetro definido para as metas

Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
2,3%	0,8%	0,0%
Memória de cálculo:		
Realizado 2017: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (183 - Fonte: SIR) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (21587 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100. Meta 2018: Meta Supervisão (0 - Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado) Dividido pela Meta de Famílias Assentadas + Meta de assentamento de família (0 - Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado) multiplicado por 100.		

Índice de consolidação de assentamentos (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
0,0%	0,0%	0,0%
Memória de cálculo:		
Índice 2017: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (0 - Fonte: Div. Desenvolvimento) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (21587 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.		
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta 2018
0,0%	0,0%	0,0%
Memória de cálculo: Índice 2017: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (0 - Fonte: Sir) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte: sipra) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta 2018
1,2%	41,5%	0,0%
Memória de cálculo: Índice 2017: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (68 - Fonte: SIR) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (164 - Fonte: siape) multiplicado por 100. Previsão/meta: 2017: Meta capacitação (2) Fonte: Cad Metas, dividido pela quantidade total de servidores na jurisdição da SR (164) Fonte: siape - 2018: Meta capacitação (0) Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado, dividido pela quantidade total de servidores na jurisdição da SR () Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado		

Índice de horas de capacitação (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta 2018
1166%	2538%	1452%
Memória de cálculo: Índice 2017: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (4162 - Fonte: sir) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (164 - Fonte: siape) Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares

9.4.1 - Acórdão nº 1064/2015 -TCU - 2ª Câmara - Item 1.7.1.3

Exercício 2017- Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	4	Prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados R\$	2.317.050,00	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0

Exercício 2016 - Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	8	Prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados R\$	5.890.786,52	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0

Exercício 2015 - Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	11	Prestadas	Dentro do prazo	1
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados R\$	1.250.604,66	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	1

9.4.2 Acórdão nº 1064/2015 -TCU - 2ª Câmara- Item 1.7.1.2

PO 09 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Demonstração dos resultados da execução física das ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2017	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	1.500	8.489
2016	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	4.000	3.052
2015	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	3.545	6.516
2014	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	4.731	1.593
2013	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	23.000	22.991

Análise

Tendo em vista os Convênios 46.000/2005, 32.000/2007, 30.000/2008 e 24.000/2011 firmados com o Governo do Estado do Ceará para realizar a regularização fundiária dos imóveis rurais da malha fundiária estadual, observa-se que houve um decréscimo na execução física destes nos últimos anos, devido à finalização de tais convênios. Atualmente está em vigência o Convênio 30.000/2008, em fase de encerramento, o que fez com que a execução tivesse um expressivo resultado no exercício.

Demonstração dos resultados da execução física das ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2017	211B	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	6.500	18.571
2016	211B	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	5.090	5.644
2015	211B	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	9.000	8.099
2014	211B	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	15.600	11.690
2013	211B	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	20.000	18.026

Análise

A ação de vistoria ao longo dos últimos cinco anos vem decrescendo significativamente, devido especialmente a fatores como a saturação das áreas a serem vistoriadas suscetíveis de desapropriação, além, da perda da capacidade operacional da UPC, e ainda, em face das diretrizes estratégicas atuais do Incra Sede, que estão priorizando o desenvolvimento dos assentamentos. Ressalta-se que no exercício foi concluído o laudo da fazenda Belém com 11.619,9488 ha, cerca de 63% do total vistoriado, entretanto, resultando em produtiva inviabilizando sua desapropriação.

Demonstração dos resultados da execução física das ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2017	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	1.160	0
2016	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0
2015	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	1.074
2014	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0
2013	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	9.608

Análise

Esta ação caracteriza-se pela existência de fases do processo de desapropriação. Entretanto, estas sofrem influências internas e externas, que podem comprometer o resultado da meta no exercício. Notadamente, as questões financeiras e o trâmite do processo encaminhado no âmbito interno. No que se refere ao âmbito externo, ressalta-se as demandas dos movimentos sociais e as questões judiciais.

Devido a estas características, ultimamente, tanto a meta como os recursos ficaram centralizadas no Incra Sede.

0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

Demonstração dos resultados da execução física das ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2017	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias).	3.000	2.460
2016	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias).	4.159	130
2015	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	800	416
2014	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	486	185
2013	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	326

Análise

O crédito instalação era composto das modalidades Apoio Inicial, Aquisição Material de Construção, Recuperação Material de Construção, Fomento, Adicional Semiárido e Reabilitação do Crédito de Produção. Ressalta-se que as modalidades do Crédito Aquisição e Recuperação de Material de Construção foram transferidas para o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCV. Neste contexto, destaca-se que em 2013, tendo em vista a Portaria 352/P/INCRA/2013, houve a determinação do recolhimento de todos os recursos existentes nas contas das associações. As atividades voltaram-se para a aplicação dos recursos restabelecidos. Em 2015, as antigas modalidades se consolidaram no chamado Novo Crédito de Instalação, nas modalidades Apoio Inicial I e II, Fomento Operação I e II e Fomento Mulher. Observa-se o exercício de 2016, o Acórdão nº 775/2016, combinada com a reconsideração exposta no Acórdão nº 2451/2016, ambos do TCU impossibilitou a aplicação das modalidades de crédito. Feita a implantação deste novo crédito, a UPC em 2017, concedeu na modalidade Fomento Mulher crédito para 1.002 mulheres e na modalidade de Crédito Apoio Inicial I e II, crédito para 1.458 famílias. Ressalta-se que esta ação se caracteriza, por diversas fases, culminando com o pagamento deste ao assentado. Os recursos ficam centralizados no Incra Sede que descentraliza aos agentes financeiros de acordo com os contratos assinados pela UPC.

Demonstração dos resultados da execução física das ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2017	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	3.000	405
2016	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	1.086	1.168
2015	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	1.548
2014	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	143	1.054
2013	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	138	503

Análise

Os resultados desta ação convergem para estruturação espacial dos assentamentos, sendo uma ação de suma importância para o desenvolvimento dos assentamentos estando alinhados às diretrizes estratégicas atuais do Incra Sede, que priorizaram o desenvolvimento dos assentamentos, implicando no crescimento da execução desta atividade. Entretanto devido a problemas operacionais, os resultados obtidos no exercício ficaram abaixo do esperado. Observa-se que os assentamentos geridos pela UPC, em geral, adotam a forma de exploração mista (áreas de uso comum e áreas de exploração individual), portanto, estes assentamentos precisam ainda ser parcelados.